

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS
– PPGARQ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS – MPGA

CINTIA DA SILVA RIBEIRO

**ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS FLUMINENSES: UM DIAGNÓSTICO DOS
INSTRUMENTOS DE PESQUISA**

Rio de Janeiro
2023

CINTIA DA SILVA RIBEIRO

**ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS FLUMINENSES: UM DIAGNÓSTICO DOS
INSTRUMENTOS DE PESQUISA**

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística

Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Rio De Janeiro
2023

R484 Ribeiro, Cintia da Silva
Arquivos Públicos Municipais Fluminenses: um diagnóstico dos instrumentos de pesquisa / Cintia da Silva Ribeiro. – 2023. 96 f.

Orientador: Eliezer Pires da Silva
Produto técnico-científico (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2023.
Bibliografia: f. 84-87.

1. Instrumentos de pesquisa. 2. Arquivos públicos municipais. 3. Acesso à informação. I. Silva, Eliezer Pires. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

CINTIA DA SILVA RIBEIRO

ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS FLUMINENSES: UM DIAGNÓSTICO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Gestão da Informação Arquivística

Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Prof. Dr. Rafael Simone Nharreluga
Universidade Eduardo Mondlane

Examinadora

Prof^{ta}. Dr.^a Mariana Lousada
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador

Prof. Dr. Thayron Rodrigues Rangel
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Nesta etapa vitoriosa da minha vida pude contar com pessoas incríveis que me apoiaram e me fizeram acreditar nos meus sonhos.

Ao meu orientador Eliezer, cujo carinho e paciência foram fundamentais para que eu trilhasse e concluísse este trabalho. Muito obrigada pelas conversas, feedbacks, pelas ideias brilhantes e por ser uma fonte de inspiração para mim.

À todos os professores da banca pela atenção e por terem dedicado seu tempo para aprimorar este trabalho. Obrigada pelas ideias e pela troca de conhecimento.

À minha mãe Raimunda, fonte inesgotável do amor mais puro e verdadeiro, minha melhor amiga, confidente e meu porto seguro, ao meu pai Fortunato e ao meu irmão Thiago, dedico a vocês três tudo o que há de melhor em mim, pois sem vocês eu nada seria. Obrigada pelo apoio e pelo incentivo de me fazer acreditar nos meus próprios sonhos.

Ao meu amor Yuri, melhor amigo, companheiro e parceiro. Muito obrigada pelos conselhos, incentivos e por sua mansidão, pois eles foram fundamentais para eu ter dados os passos que me conduziram à realização deste trabalho.

À Deus e à toda corrente espiritual da Casa Espírita São Pedro, eternos guias, protetores e consoladores, dedico a escolha de trilhar este caminho e a mansidão que me acompanhou mesmo nos momentos mais difíceis. Aos irmãos da Casa que me apoiaram e vibraram por mim. Muito obrigada.

À todas as pessoas cujo incentivo e suporte foram essenciais para que eu pudesse realizar e concluir esta etapa com mais alegria e leveza, em especial à Rodolpho, Gisele, Cristina e Suely.

A todos os meus amigos e familiares, à minha turma incrível do PPGARQ, e a todos que de alguma maneira contribuíram para o meu trabalho e que torceram por mim neste processo. Muito obrigada!

RESUMO

A presença de milhares de municípios brasileiros e a inexistência de mais de 90% de arquivos públicos municipais no país são os dados que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa. Em razão da importância dos arquivos públicos municipais para a prestação de serviços aos cidadãos e para a garantia de direitos, o presente estudo teve como objetivo diagnosticar a situação dos instrumentos de pesquisa disponibilizados pelos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro, principais ferramentas utilizadas para possibilitar o acesso à informação nos arquivos. A pesquisa se dividiu em quatro objetivos específicos: o primeiro envolveu a sistematização das compreensões teóricas e históricas sobre os arquivos municipais, memória, patrimônio, descrição arquivística e instrumentos de pesquisa, cuja metodologia foi o levantamento bibliográfico documental. O segundo objetivo, de identificar os arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro, foi realizado através de duas etapas metodológicas: a primeira envolveu a revisão documental e a segunda de solicitações de uma pergunta, por meio do e-SIC, para todas as prefeituras do Estado, com exceção da cidade do Rio de Janeiro, a fim de verificar a existência de arquivo público municipal em cada cidade. O terceiro objetivo específico envolveu a identificação dos instrumentos de pesquisa das instituições identificadas, cuja metodologia foi a elaboração de um instrumento de coleta de dados e análise in loco. O quarto e último objetivo foi a análise dos instrumentos de pesquisa e a metodologia envolveu a análise dos dados coletados. Como reflexo de uma escassez da história dos arquivos públicos municipais no Brasil e da precariedade das instituições visitadas, os resultados apontam para instrumentos de pesquisa diferentes dos dispostos da literatura. Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, foram identificados apenas dez arquivos públicos municipais. Das sete instituições que foram possíveis de serem visitadas, apenas três possuem instrumentos de pesquisa de acordo com as orientações da literatura arquivística. Nos demais quatro arquivos, observou-se a utilização de planilhas em formato Excel, que não estão previstos na literatura. Foi possível observar a pouca estrutura das instalações físicas destas instituições, estratégias frágeis de acesso à informação, equipes técnicas reduzidas e poucos instrumentos de pesquisa ou a ausência total deles, salvo pelas tentativas de utilização de planilhas Excel.

Palavras-chave: instrumentos de pesquisa. arquivos públicos municipais. acesso à informação.

ABSTRACT

The presence of thousands of Brazilian municipalities and the lack of more than 90% of municipal public archives in the country are the data that guided the development of this research. Given the importance of municipal public archives in providing services to citizens and guaranteeing rights, the aim of this study was to diagnose the situation of the finding aids made available by municipal public archives in the state of Rio de Janeiro, the main tools used to enable access to information in the archives. The research was divided into four specific objectives: the first involved systematizing theoretical and historical understandings of municipal archives, memory, heritage, archival description and finding aids, the methodology of which was a bibliographic survey of documents. The second objective, to identify the municipal public archives in the state of Rio de Janeiro, was achieved through two methodological stages: the first involved a documentary review and the second involved asking a question, through the e-SIC, to all the city halls in the state, with the exception of the city of Rio de Janeiro, in order to verify the existence of a municipal public archive in each city. The third specific objective involved identifying the finding aids of the institutions identified, the methodology of which was to draw up a data collection tool and analyze it on site. The fourth and final objective was to analyze the finding aids and the methodology involved analyzing the data collected. As a reflection of the scarcity of history of municipal public archives in Brazil and the precariousness of the institutions visited, the results point to finding aids that are different from those in the literature. Of the 92 municipalities in the state of Rio de Janeiro, only ten municipal public archives were identified. Of the seven institutions that were possible to visit, only three have finding aids according to archival literature. In the other four archives, we observed the use of Excel spreadsheets, which are not included in the literature. It was possible to observe the poor structure of these institutions' physical facilities, weak strategies for access to information, reduced technical teams and few or no finding aids at all, except for the attempts to use Excel spreadsheets.

Keywords: finding aids. municipal public archives. access to information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados do primeiro momento do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro	40
Quadro 2 – Resultados do segundo momento do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro	41
Quadro 3 – Arquivos públicos municipais selecionados para análise in loco após os resultados do processo de identificação	45
Quadro 4 – Instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo Histórico de Petrópolis	48
Quadro 5 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Histórico de Petrópolis	49
Quadro 6 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Público Municipal de Maricá	51
Quadro 7 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo da Câmara Municipal de Macaé	52
Quadro 8 – Instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	54
Quadro 9 – Quadro comparativo entre os elementos de um inventário, de acordo com Lopez (2002), e os inventários do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	56
Quadro 10 – Quadro comparativo entre as áreas e campos da NOBRADE (2006) e os inventários do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	58
Quadro 11 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	60
Quadro 12 – Instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	62
Quadro 13 – Quadro comparativo entre os elementos de um inventário, de acordo com Lopez (2002), e os inventários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	64
Quadro 14 – Quadro comparativo entre os elementos de um catálogo, de acordo com Lopez (2002), e os catálogos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	66
Quadro 15 – Quadro comparativo entre as áreas e campos da NOBRADE (2006) e os inventários e catálogos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	67
Quadro 16 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	69
Quadro 17 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença	70
Quadro 18 – Instrumentos de pesquisa disponíveis na Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória	71
Quadro 19 – Quadro comparativo entre os elementos de um inventário, de acordo com Lopez (2002), e os inventários da Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória	72

Quadro 20 – Quadro comparativo entre os elementos de um catálogo, de acordo com Lopez (2002), e os catálogos da Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória	73
Quadro 21 – Resultados observados na visita técnica a Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória	74
Quadro 22 – Quadro comparativo entre os instrumentos de pesquisa analisados em todas as instituições	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Percurso Metodológico	14
2	ARQUIVOS PÚBLICOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	18
2.1	Aspectos Históricos dos Arquivos Municipais Brasileiros	18
2.2	Memória, Arquivo e Patrimônio	23
2.3	Descrição Arquivística e Instrumentos de Pesquisa	28
3	DIAGNÓSTICO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	39
3.1	Resultados do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro	39
3.2	Petrópolis	47
3.3	Maricá	50
3.4	Macaé	52
3.5	Campos Dos Goytacazes	54
3.6	Rio De Janeiro	61
3.7	Valença	70
3.8	Nova Friburgo	71
3.9	Diagnóstico comparativo entre as instituições visitadas	75
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICE A – Solicitações via e-SIC às prefeituras	88
	APÊNDICE B – Roteiro para visitação aos arquivos públicos municipais	96

1. INTRODUÇÃO

A organização de acervos arquivísticos e a elaboração de instrumentos de pesquisa que permitem a recuperação da informação destes acervos nos arquivos públicos representam um papel fundamental na promoção de acesso e na construção da memória e identidade social de diferentes grupos.

A necessidade de investigação acerca dos instrumentos de pesquisa se deu após a realização do projeto de Iniciação Científica e de Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro realizado pela discente, juntamente com o professor Eliezer Pires, que teve como objetivo investigar como se dá a aplicação do Princípio da Proveniência e a adoção de normas de descrição arquivística no contexto brasileiro. A metodologia utilizada envolveu o Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Os resultados demonstraram que em mais de 65% das descrições dispostas no Portal não haviam informações suficientes para observar a aplicação do Princípio da Proveniência. As descrições dos acervos apresentaram inconsistências e uma ausência de informações nas áreas e campos previstos pelas normas. Assim, os resultados foram mais reveladores sobre a realidade da descrição arquivística no Brasil do que sobre a aplicação do Princípio da Proveniência (Ribeiro, 2015).

Tendo em vista a importância da descrição arquivística e dos instrumentos de pesquisa como sistemas de recuperação da informação aos usuários dos arquivos, levantamos questionamentos que possibilitam futuras investigações acerca da realidade e da qualidade de instrumentos de pesquisa das instituições arquivísticas públicas do país. Em que medida as omissões de informação nas descrições revelam a intenção de esconder a realidade dos acervos descritos? Como estão disponibilizadas as informações sobre os acervos arquivísticos nas entidades custodiadoras no país? De que maneira os instrumentos de pesquisa refletem a realidade dos acervos?

É, portanto, na perspectiva do acesso aos documentos de arquivo, da crescente necessidade social de transparência do Estado e de acesso à informação, da preservação da memória e identidade social, e dos resultados da pesquisa sobre o Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas, que buscamos aprofundar e dar continuidade aos estudos sobre os instrumentos de pesquisa desenvolvidos pelas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos, visto que acreditamos na função social dos arquivos públicos.

De acordo com o Relatório Técnico sobre Censo de Arquivos Públicos Instituídos no Brasil do CONARQ (2020, p. 3), dentre os cinco mil quinhentos e setenta municípios do Brasil, há apenas trezentos e oitenta e dois arquivos municipais. A região Sudeste comporta 65,54% do total destas instituições. Ainda segundo o CONARQ (2020), no Estado do Rio de Janeiro há: noventa e dois municípios, dez arquivos municipais e oitenta entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas no CODEARQ, o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e noventa e seis no DIBRARQ, o Diretório Brasil de Arquivos.

Considerando a existência de milhares de municípios brasileiros e que estes sempre tiveram papel importante na estrutura governamental no país, a inexistência de arquivo público em mais 90% dos municípios do país reforça a necessidade de pesquisas, estudos e políticas arquivísticas para que esta realidade pouco a pouco seja modificada. “É urgente repensar qual é o papel que os arquivos municipais representam para a sociedade brasileira hoje” (Rodrigues, 2019, p.121).

Os governos municipais necessitam de arquivos para prestar serviços públicos, como possibilitar o acesso aos documentos e à informação, garantir direitos e controlar suas atividades. Porém, como já citado anteriormente, o país possui uma pequena rede de arquivos municipais, o que compromete o desenvolvimento da função social que os arquivos públicos desempenham. A inexistência de um arquivo público no município representa um descumprimento das leis, comprometendo assim o papel social que estes arquivos desenvolvem. Além de serem locais essenciais para a efetiva realização da cidadania, os arquivos municipais representam a preservação da memória social e identidade do município. São locais de preservação, memória e identidade coletiva.

A descrição arquivística, atividade voltada para a disponibilização de elementos informativos sobre os documentos, facilitando o acesso e a compreensão dos documentos aos usuários, juntamente com os instrumentos de pesquisa, que são representações dos documentos e principal meio de controle intelectual sobre os mesmos, são os principais serviços voltados para a recuperação dos documentos nos arquivos. Por meio destas representações, é possível localizar informações nos arquivos, determinando o sucesso ou o fracasso da busca de informação.

Em razão das importantes funções dos arquivos públicos municipais e dos seus instrumentos de pesquisa para possibilitar o acesso à informação e garantir os direitos dos cidadãos, **a presente pesquisa tem como objetivo geral a elaboração de um diagnóstico dos instrumentos de pesquisa disponibilizados pelos arquivos públicos municipais do Estado**

do Rio de Janeiro. Ele se divide em quatro objetivos específicos, são eles: a) sistematizar as compreensões teóricas e históricas sobre os arquivos municipais, memória e patrimônio arquivístico, descrição arquivística e instrumentos de pesquisa; b) identificar os arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro que armazenam acervos arquivísticos; c) identificar os instrumentos de pesquisa e de acesso aos documentos nessas instituições; d) fazer uma análise comparada dos instrumentos de pesquisas com a finalidade de verificar suas características atuais e formular sugestões de aperfeiçoamentos.

O detalhamento da metodologia utilizada para atendimento dos objetivos específicos do presente trabalho está disposto em uma subseção própria. Em resumo, para atendimento do primeiro objetivo específico, a metodologia correspondente envolveu a revisão bibliográfica com as palavras chave: arquivos municipais, descrição arquivística, instrumentos de pesquisa, acesso à informação. Além disso, foram analisadas as obras dos autores que se dedicaram aos estudos dos temas mencionados, como José Maria Jardim (1986, 1995, 2006, 2014, 2018), Heloísa Bellotto (2006), Ana Célia Rodrigues (2019), Regina Abreu (2007, 2015), Márcia Chuva (2017), Domícia Gomes (2020) e os relatórios e documentos do CONARQ (2014, 2020).

O segundo objetivo específico, que se trata da identificação dos arquivos municipais do Estado do Rio de Janeiro, tem como metodologia correspondente a pesquisa documental em fontes primárias de informação, realizada por meio de consultas ao CODEARQ, ao DIBRARQ, ao “Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil” (2020) do CONARQ, ao “Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro” (1997) e ao “Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense” (2013), assim como também o contato com as noventa e uma prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, utilizando os recursos do e-SIC¹, com exceção da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para verificar a existência de arquivo municipal no respectivo município. Esta etapa da metodologia também envolveu a identificação dos recursos que as instituições identificadas utilizam, como sites, redes sociais e contatos telefônicos. Utilizamos o CODEARQ, o DIBRARQ e o Google para identificação destes recursos.

¹“O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracias. O SIC é destinado a pedidos de informações da CVM, nos termos da Lei de Acesso à Informação.” Fonte: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/acesso-a-informacao-cvm/servico-de-informacao-aocidadao#:~:text=O%20Sistema%20Eletr%C3%B4nico%20do%20Servi%C3%A7o,e%20entidades%20do%20Executivo%20Federal.>

O terceiro objetivo específico, que é a identificação dos instrumentos de pesquisa das instituições, tem como procedimento correspondente a elaboração de um instrumento de coleta de dados, que se encontra no Apêndice A, e a análise in loco dos instrumentos de pesquisa e dos serviços de atendimento aos usuários.

O quarto e último objetivo é a análise comparada dos instrumentos de pesquisa localizados após as visitas, cuja metodologia correspondente é a análise dos dados coletados, na qual pretendeu-se avaliar como estão estruturados estes instrumentos e se as informações tradicionalmente apresentadas neles são suficientes para garantir o conhecimento dos documentos descritos.

As demais seções do presente trabalho estão divididas em: “Arquivos Públicos e Instrumentos de Pesquisa”, na qual estão dispostos os marcos teóricos desenvolvidos, divididos em subseções; “Diagnóstico dos Instrumentos de Pesquisa”, que dispõe dos dados coletados nos arquivos municipais visitados e é dividida em subseções que representam cada um dos municípios e o diagnóstico comparativo; e “Considerações finais”.

1.1 Percurso Metodológico

Esta subseção objetiva detalhar todos os caminhos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho de conclusão de curso. Conforme descrito anteriormente, os quatro objetivos específicos são: a) sistematizar as compreensões teóricas e históricas sobre os arquivos municipais, memória e patrimônio arquivístico, descrição arquivística e instrumentos de pesquisa; b) identificar os arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro que armazenam acervos arquivísticos; c) identificar os instrumentos de pesquisa e de acesso aos documentos nessas instituições; d) fazer uma análise comparada dos instrumentos de pesquisas com a finalidade de verificar suas características atuais e formular sugestões de aperfeiçoamentos.

Portanto, a metodologia envolveu quatro etapas, correspondentes aos objetivos específicos: a) a revisão bibliográfica; b) a pesquisa documental em fontes primárias de informação e as solicitações, por meio do e-SIC, às prefeituras do Estado do Rio de Janeiro; c) a elaboração de um instrumento de coleta de dados e análise in loco dos instrumentos de pesquisa; d) a análise dos dados coletados.

A primeira etapa metodológica envolveu a revisão bibliográfica para o desenvolvimento de um eixo conceitual realizado por meio de pesquisas no banco de teses da CAPES, no portal de periódicos da CAPES, no banco de dados da SCIELO, no banco de dados *LISA: Library*

and Information Science Abstracts e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com as palavras chave: arquivos municipais, descrição arquivística, instrumentos de pesquisa, acesso à informação. Além disso, foram utilizadas as obras dos autores que se dedicaram aos estudos dos temas mencionados, como José Maria Jardim (1986, 1995, 2006, 2014, 2018), Heloísa Bellotto (2006), Ana Célia Rodrigues (2019), Regina Abreu (2007, 2015), Márcia Chuva (2017) e Domicia Gomes (2020).

A segunda etapa, cujo objetivo foi a identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro, foi dividida em dois momentos: o primeiro envolveu a pesquisa a pesquisa documental em fontes primárias de informação e o segundo as solicitações, por meio do e-SIC, às prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.

No primeiro momento foram realizadas consultas ao CODEARQ (2023); ao DIBRARQ (2023); ao Relatório Técnico sobre Censo de Arquivos Públicos Instituídos no Brasil (2020) do CONARQ; ao Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro (1997); e ao Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense (2013). Os cadastros e documentos utilizados foram escolhidos por sua importância e relevância na identificação de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.

O segundo momento deste processo de identificação envolveu a utilização do e-SIC para contatar todas as 91 prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, às quais foi perguntado objetivamente se as prefeituras possuem arquivo público municipal. O objetivo foi de identificar os arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro e as instituições que preservam e tornam acessíveis os acervos que não haviam sido identificados na primeira etapa. A identificação de todas as cidades do Estado do Rio de Janeiro foi feita através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade do Rio de Janeiro não foi contatada, pois já se tinha conhecimento da existência de um arquivo público municipal no local.

Foi possível observar que para a realização das solicitações nos sites das prefeituras foi necessário realizar um cadastro com login e senha dentro de cada site, com exceção das prefeituras que utilizam a estrutura do governo “FALA.BR²”, que possui um login e senha único e igual. Em alguns sites não foi possível realizar as solicitações por conta de problemas técnicos na plataforma.

Dentre as prefeituras as quais conseguimos realizar as solicitações, inicialmente a seguinte frase foi enviada por meio dos e-SICs: “Tendo em vista as determinações da Lei 8.159,

² O Fala.Br é uma plataforma desenvolvida pela CGU que permite aos cidadãos fazerem pedidos de informações públicas ou manifestações de ouvidoria através de um cadastro único.

de 08/01/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, gostaria de saber se a Prefeitura de ____ possui uma unidade, órgão, setor ou instituição municipal responsável pela preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico do referido município.” Entretanto, observamos que a frase estava com duplo sentido, pois era possível compreender a pergunta quanto à existência de arquivo na prefeitura e não no município. Desta forma, o contato com as nove primeiras prefeituras foi feito com a frase supracitada, são elas: Areal, Barra Mansa, Angra dos Reis, Aperibé, Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Barra do Piraí e Belford Roxo.

Nas demais 82 prefeituras, o contato pelo e-SIC foi feito com a seguinte pergunta: “Tendo em vista as determinações da Lei 8.159, de 08/01/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, gostaria de saber se o município de __ possui uma unidade, órgão, setor ou instituição municipal responsável pela preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico do referido município”. Todas as respostas das solicitações encontram-se no Apêndice B.

Após este processo de identificação dos arquivos públicos municipais, iniciou-se a terceira etapa do percurso metodológico, a fim de identificar os instrumentos de pesquisa destas instituições. Neste momento, a análise *in loco* foi utilizada, e para isso, foi elaborado um instrumento de coleta de dados, que se trata de perguntas que serviram como um roteiro para a observação *in loco* e que se encontra no Apêndice B. O instrumento não pretendeu ser utilizado como um roteiro de perguntas para entrevista, mas sim de um diário de campo, que contou também com observações sobre a realidade destes acervos.

Entretanto, na etapa anterior, já foi possível identificar alguns instrumentos de pesquisa de duas instituições, pois os mesmos encontravam-se disponíveis online: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e o Arquivo Pró-Memória de Nova Friburgo. Independentemente desta observação, estes arquivos foram selecionados para análise *in loco* nesta etapa metodológica.

As visitas técnicas aos arquivos foram iniciadas após a qualificação do presente trabalho de conclusão de curso. As visitas aos municípios do Rio de Janeiro, Petrópolis, Campos, Macaé, Maricá, Nova Friburgo e Valença foram realizadas após agendamento prévio aos respectivos locais, cujo contato foi feito por e-mail ou telefone. A visita ao arquivo de Piraí foi realizada sem agendamento prévio devido à dificuldade de respostas às ligações telefônicas e à ausência de contatos por e-mail. As visitas a Resende e a Magé não foram possíveis devido às tentativas mal sucedidas de contato e ausência de contatos, respectivamente.

A organização das visitas respeitou um cronograma mensal de quatro meses, sendo eles abril, maio, julho e agosto de 2023. A ordenação destas visitas foi feita pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e pela facilidade de contato com as instituições, nesta ordem: Petrópolis e Maricá, cidades mais próximas do Rio de Janeiro; a visita ao arquivo do Rio de Janeiro; Campos e Macaé, que foram visitadas no mesmo dia; Valença e a tentativa não sucedida de contato presencial com Piraí no mesmo dia; e Nova Friburgo.

A quarta e última etapa do percurso metodológico envolveu a análise dos dados coletados. Para tal, foram utilizadas as informações coletadas em cada instituição visitada, tais como: a) a existência de arquivo permanente formalmente institucionalizado; b) a existência de instrumentos de pesquisa; c) a quantidade de instrumentos de pesquisa; d) quais os tipos de instrumentos de pesquisa declarados pela instituição; e) quais campos de descrição de cada instrumento; f) se estes campos respeitam os critérios da NOBRADE (2006); g) quais instrumentos encontravam-se disponíveis online; h) se eram instrumentos digitalizados ou criados digitalmente; i) se a instituição dispõe de base de dados; j) se a base de dados respeita os critérios da NOBRADE (2006). Em seguida, foi feita uma análise comparada entre os instrumentos das instituições e as análises da realidade dos instrumentos observados.

Este processo de diagnóstico foi sendo aperfeiçoado conforme as visitas foram sendo realizadas. Nos casos em que havia arquivo permanente institucionalizado, os instrumentos foram diagnosticados. Nos casos em que não havia arquivo permanente formalmente institucionalizado, foram observados quais recursos as instituições utilizam para recuperar a informação nestes arquivos. Os tipos de instrumentos de pesquisa foram classificados quando não tinham sido identificados pelas instituições.

2. ARQUIVOS PÚBLICOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Esta seção objetiva destacar os marcos teóricos desenvolvidos, que possibilitaram a compreensão da realidade dos arquivos públicos brasileiros, a importância destes acervos para o país e sobre como os instrumentos de pesquisa são as principais ferramentas de acesso a estes acervos.

Primeiramente, os aspectos históricos do desenvolvimento dos arquivos públicos brasileiros foram dispostos para a compreensão da situação encontrada nos dias atuais da realidade dos arquivos públicos municipais no país. Para isso, foi fundamental recontar de forma breve a história dos municípios brasileiros e das instituições arquivísticas públicas. Em seguida, a discussão sobre os conceitos de memória e patrimônio foi essencial para a compreensão da importância dos acervos custodiados pelos arquivos públicos municipais. E, por fim, a revisão bibliográfica sobre descrição arquivística e instrumentos de pesquisa norteou a realização do diagnóstico que é objetivo geral desta pesquisa, bem como possibilitou a compreensão da importância destas atividades arquivísticas para o acesso aos arquivos.

2.1 Aspectos Históricos dos Arquivos Municipais Brasileiros

A escassez da história dos arquivos municipais foi observada no começo desta revisão bibliográfica. Nesta subseção, foram utilizadas algumas estratégias desenvolvidas por Gomez (2020), como a reconstituição da história dos municípios brasileiros, para que fosse possível compreender a história dos arquivos públicos municipais brasileiros. Portanto, nesta subseção, serão dispostas a história dos municípios e a história das instituições arquivísticas públicas brasileiras para a compreensão da situação do Brasil quanto aos arquivos municipais.

Os municípios, desde o processo de colonização brasileira, sempre tiveram lugar de imensa importância na estrutura governamental do país. É na esfera municipal que o cidadão tem contato direto com o poder público. Em um país de grandes dimensões como o Brasil, os arquivos municipais são fundamentais para a garantia dos direitos constitucionais do cidadão.

Reproduzidos dos países ibéricos, os municípios brasileiros foram criados desde a colonização, como entidade política e administrativa do país. A origem dos municípios está na República Romana no século I antes de Cristo, de acordo com Iris Eliete Teixeira Tavares (1997). Helly Lopes Teixeira (1990, p. 33) afirma que “o município, como unidade político-

administrativa, surgiu com a República Romana, interessada em manter a dominação pacífica das cidades conquistadas pela força de seus exércitos”.

Ainda segundo Teixeira (1990), o regime municipal romano chegou à Portugal, que por sua vez, foi transplantado para o Brasil-Colônia com as mesmas organizações e atribuições políticas, administrativas e judiciais. A expansão municipalista colonial foi restringida pelo ideal centralizador das Capitânicas, que afogou a autonomia dos povoados que se fundavam e desenvolviam pelo amparo da Igreja. Entretanto, a situação se modificou após a independência brasileira e a Constituição de 1824, que instituiu as câmaras municipais em 1828, principal herança da Antiguidade romana, pois trata-se de uma modernização dos antigos “Conselhos”.

Quanto aos arquivos, de acordo com Machado (1987), já no período colonial havia um sentido de preservação documental, tendo em vista que as Ordenações Filipinas em 1603, determinavam que os forais, tombos e privilégios pertencentes ao Conselho fossem guardados. Desta forma, os documentos serviriam apenas para uso dos governantes e guardados em um cofre.

A Constituição de 1824 foi determinante tanto para a criação das câmaras municipais em 1828, quanto para a criação do Arquivo Público do Império 10 anos depois, em 1838. Este processo iniciou-se após a Revolução Francesa, que segundo Posner (2013), marcou o início de uma nova era na administração dos arquivos e ao estabelecimento científico da Arquivologia devido à criação dos arquivos nacionais.

A criação do Arquivo Público do Império foi marco importante na institucionalização da Arquivologia do Brasil, que serviu como um instrumento de identidade nacional no contexto de afirmação da independência do país. Entretanto, de acordo com Costa (2011), a referida instituição era inexpressiva e se desenvolveu como uma instituição voltada a serviço do Estado, diferentemente do que ocorre nos arquivos nacionais dos países anglo-saxões, que serviam ao Estado e ao cidadão. É possível observar que apesar de haver uma preocupação com a preservação documental, os documentos custodiados serviam apenas para uso governamental.

No Brasil Império e na primeira Constituição brasileira, não houve avanços significativos quanto ao tratamento da documentação arquivística e quanto à preocupação do acesso a estes documentos, tampouco com a criação de arquivos estaduais ou municipais. Segundo Jardim (1986), apenas no período da República que se iniciaram os processos para o surgimento dos arquivos estaduais.

Embora houvesse intenções de preservação documental com a finalidade dos arquivos prestarem serviços ao governo, assim como a existência dos municípios brasileiros desde o Brasil-Colônia, apenas na Constituição Federal de 1988 o município brasileiro foi outorgado

com autonomia plena nos âmbitos político, legislativo, administrativo, financeiro e organizativo, característica do federalismo, consolidando sua importância à serviço do cidadão.

Segundo Domicia Gomes (2020, p. 65),

Os conselhos ou Câmaras dos municípios tinham um papel político fundamental, até a segunda metade do século XVII. Até a Independência, em 1822, os municípios eram regidos pelas Ordenações, Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Após a Independência, os municípios passaram a ser ordenados pelas Constituições, iniciando-se pela Constituição Imperial de 1824 – primeira Constituição brasileira, seguidas das seis outras Constituições Republicanas que foram as de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e atualmente pela Constituição Federal de 1988. Observa-se que com exceção da Constituição de 1967, em quase todas as constituições os municípios gozavam de certa autonomia.

É também somente a partir da Constituição Federal de 1988 que pudemos perceber a preocupação sobre o dever e a responsabilidade do poder público com a gestão da documentação pública. Este movimento recente de adoção de políticas públicas para o tratamento arquivístico se reflete na precariedade da situação encontrada nos arquivos estaduais e municipais, como podemos observar na obra de José Maria Jardim.

Jardim (1986), ao refletir sobre os destinos do patrimônio documental arquivístico brasileiro, especificamente no âmbito dos arquivos estaduais, faz um diagnóstico sobre a situação dos arquivos estaduais nos anos 1980 que nos permite compreender que os arquivos públicos estaduais, desde sua criação a partir da República, enfrentavam problemas graves, como o desconhecimento tanto dos poderes públicos, quanto da população, sobre as distinções entre arquivos e bibliotecas, o que se refletiu em toda a estrutura administrativa desses órgãos e conseqüentemente, no tratamento técnico dado a estes documentos. O autor também sistematiza quais seriam os objetivos de uma instituição arquivística pública, que seriam: apoiar a administração pública, apoiar o desenvolvimento cultural, fomentando a constituição e divulgação do acervo, apoiar o exercício da cidadania, garantindo ao cidadão acesso aos documentos e promover políticas arquivísticas nas suas respectivas esferas federal, estadual ou municipal. Tais metas apontam para o objetivo de “democratizar as informações contidas nos documentos sob a guarda dos arquivos públicos” (1986, p. 39).

As políticas públicas, por sua vez, estão vinculadas ao nascimento dos estados modernos no século XIX, e representam o modo de governo das sociedades complexas. (Muller, 2018). Elas podem ser entendidas como um conjunto de ações concretas e decisões do governo para a solução de problemas sociais. Isto é, elas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos nacionais, estaduais e municipais traçam para o bem estar social e interesse público. As sociedades contemporâneas são diversas, tanto no sentido religioso, étnico, linguístico, profissional, de renda, como também de ideias, valores, interesses e aspirações, porém os

recursos para atender as demandas destes grupos diversos são escassos ou limitados. Desta forma, os bens e serviços públicos se transformam em objeto de disputa e as políticas públicas são o resultado desta competição (Caldas, 2008).

Jardim (2006) enfatiza que muitos esforços são necessários para a implementação de políticas arquivísticas, que envolvem o comprometimento do Estado com o uso da informação para a administração pública, a garantia de acesso à informação governamental da sociedade, promovendo assim a transparência na tomada de decisão e conseqüentemente gerando novas demandas úteis à sociedade e novas políticas públicas. Caldas também afirma que existem dois obstáculos em relação aos arquivos, que seriam o grau de reconhecimento do Estado e da sociedade da importância dos arquivos e das instituições.

Posteriormente, Jardim (2014, p. 153) afirma que “a assistência técnica aos arquivos estaduais e municipais ganhou relevância entre 1982 e 1989” e “apesar dos avanços alcançados na interação do Arquivo Nacional com os arquivos federais, estaduais e municipais, não é possível afirmar que o Sistema Nacional de Arquivos tenha sido implantado” (apud Jardim 1994, p. 92). De acordo com Oliveira (2011, p. 142),

Nos municípios, tem sido lenta a formulação ou aprovação de dispositivos legais que assegurem uma política de gestão dos documentos públicos. Ao que nos consta, o município de Rio Claro foi o primeiro no Brasil a instituir o Sistema Municipal de Arquivos, em 1984 [...] Lei Municipal nº 1 883, de 29 de março de 1984 O Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro foi criado pela Lei nº 1 573, de 11 de novembro de 1979 Arquivo do Município de Rio Claro: legislação. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro. 1985.

Como informado pelos autores, o processo de assistência aos arquivos municipais começa nos anos 1980, como foi possível observar com a formação do primeiro Sistema Municipal de Arquivos no município de Rio Claro apenas em 1983. Segundo Jardim (2018), a redemocratização brasileira a partir de 1985 tem relação direta com os avanços alcançados nos arquivos públicos brasileiros, apesar de ainda serem periféricos na estrutura do Estado, fragilizados, poucos desenvolvidos e com pouca visibilidade social. O desinteresse do poder público e da população brasileira quanto aos arquivos municipais é evidente. Este desinteresse é explicado por Machado (1987), que afirma que este processo se dá pela tendência crescente entre os cidadãos brasileiros em não valorizar a administração local. Segundo Oliveira (2011, p. 139), o que dificulta a formação de dispositivos legais na esfera municipal no Brasil é que os arquivos estão ligados à estrutura administrativa das Prefeituras subordinados aos órgãos da Cultura e não aos da Administração, representando uma desvantagem quanto à destinação de verbas e recursos, enfraquecendo as propostas de políticas de gestão de documentos.

Para que as políticas públicas municipais de qualidade sejam criadas e gerenciadas, é necessário, além de recursos financeiros, um planejamento de longo prazo, e para isso, é importante que os atores políticos definam um caminho e um objetivo a ser alcançado. O planejamento de longo prazo deve ser feito com o auxílio dos servidores públicos e setores da sociedade civil organizada. Tendo em vista que o poder municipal é a esfera administrativa mais próxima da população, e esta é uma das maiores vantagens das políticas municipais – a proximidade com o público-alvo – tornando mais fácil que os elaboradores das políticas desenvolvam ações efetivas que atinjam a população de forma mais detalhada, garantindo uma maior aceitabilidade das ações governamentais (Caldas, 2008).

De acordo com Arreguy e Venâncio (2017), para que algo se torne objeto de uma política pública é necessário ter importância social e poder de barganha dos envolvidos. É, portanto, nesta perspectiva, que é inegável a importância social da gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo, porém o que falta, talvez, seja o poder de barganha dos atores envolvidos nesta política.

De acordo com as ideias de Jardim e Vazquez (apud Venâncio e Arreguy, 2017), a política arquivística coloca como compromisso do arquivista do século XXI o serviço ao cidadão. Para a garantia dos direitos e exercício da democracia, os arquivistas devem adequar à política para que os arquivos de interesse local, seja em nível nacional ou municipal, sejam preservados e estejam acessíveis à sociedade civil.

Segundo Couture (apud Venâncio e Arreguy, 2017), ter uma base jurídica sólida quanto à organização de arquivos é fundamental para amenizar os males entendidos dos quais os arquivos são vítimas por parte dos funcionários e do público em geral, portanto, a legislação arquivística é fundamental neste processo.

Em suma, todos os documentos produzidos, recebidos e acumulados pelos prefeitos e câmaras dos vereadores são municipais, portanto, todos os governos municipais necessitam de arquivos para prestar serviços públicos e patrimonializar as memórias coletivas municipais. Os arquivos municipais são fundamentais para um país, pois são meios de possibilitar o acesso aos documentos, garantir direitos, controlar as atividades municipais, além preservarem a memória social e a identidade do município.

Como foi possível observar, o histórico descaso com os arquivos municipais, tanto na esfera pública, quanto no desconhecimento da população sobre a importância destes locais, se reflete na reduzida quantidade de arquivos municipais do país. Neste contexto, as políticas públicas se destacam em sua importância em estabelecer e materializar o patrimônio arquivístico municipal, garantindo os recursos necessários para que as instituições arquivísticas

possam atuar na preservação e acesso ao patrimônio arquivístico municipal, que representa a garantia de direitos e a memória do município. Desta forma, para que possamos compreender a importância destas instituições, precisamos sistematizar as compreensões sobre patrimônio.

2.2 Memória, Arquivo e Patrimônio

Nesta subseção, serão abordadas as noções de patrimônio, de memória e como a sociedade utiliza esta última para o estabelecimento dos laços sociais. Serão abordadas também as definições de patrimônio cultural, material e documental, assim como o estabelecimento do patrimônio no Brasil e como os documentos estão inseridos neste contexto.

Segundo Pierre Nora (1993), o que chamamos de memória é “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”. De acordo com as ideias do autor francês, a memória é a vida, carregada por grupos vivos, em permanente evolução, aberta à lembrança e ao esquecimento, vulnerável a usos e manipulações, é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente, afetiva, mágica, “a memória instala a lembrança no sagrado” e “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Estas definições dadas por Nora sobre memória norteiam o sentido de patrimônio como uma herança do passado, que está relacionada, segundo Abreu (2007), às noções de tempo.

Abreu (2007) analisa as distintas noções de tempo nas sociedades e como elas trabalham a memória. De acordo com a autora, pode-se observar que o tempo pode ser dividido em linear e cíclico. O linear representa a concepção de um contínuo entre passado, presente e futuro, ou linha cronológica, linha do tempo. O cíclico está relacionado aos fenômenos da natureza, mais ligado a um contexto místico-religioso.

Nas sociedades chamadas tradicionais, nas quais se predominam a noção cíclica temporal, não é necessário guardar, preservar e armazenar objetos ou fazer registros para preservar o passado, elas são sociedades-memória por excelência. A memória social é construída por meio das festas, cânticos, narrativas, cerimônias e rituais. O sentido de herança que é atribuído ao patrimônio não existe para essas sociedades.

A sociedade ocidental utiliza-se da concepção linear do tempo. Abreu (2007) também afirma que os registros escritos, especialmente, os documentos e monumentos desempenham papel fundamental nesta concepção linear temporal. Segundo Chuva (2017), os lugares de memória eram necessários para as sociedades sem memória. Estes lugares são espaços para ritualização da memória, contribuindo para a totalidade do grupo, identidade nacional, memória coletiva e sentimento de pertencimento.

Segundo Nora (1993), “há locais de memória porque não há mais meios de memória” e “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. Estes locais são, antes de tudo, restos e que permitem ao indivíduo um acesso à memória viva, aonde buscam sua identidade, origem, são locais que nascem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, porque são operações não naturais (Nora, 1993).

Nora (1993) também afirma que nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a sociedade moderna, assim como também pelos meios técnicos de reprodução e conservação de arquivos, e também pela superstição e pelo respeito ao vestígio, pois à medida que se desaparece a memória tradicional, a sociedade se sente obrigada a acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens e etc.

Segundo Abreu (2007), foi neste contexto ocidental moderno que a noção de patrimônio foi criada. Ela está diretamente ligada à noção de herança, que pode não fazer sentido em outros contextos. O desenvolvimento desta noção como conhecemos hoje foi lenta e ganhou força especificamente no século XIX, com a formação dos Estados Nacionais. Os patrimônios, desta forma, se tornam instrumentos da memória, “patrimônio nacional é o lugar de memória por excelência” (Nora, 1993). A preservação das histórias nacionais do passado contra a destruição foi materializada por meio do patrimônio nacional, como citado pela autora. Os sentimentos de pertencimento a uma nova nação e identidade seriam possibilitados através da conservação do legado do passado.

Portanto, as sociedades ocidentais passam a criar seus patrimônios, sejam eles acervos, museus, bibliotecas e obras de arte. Abreu (2015) argumenta que os processos de patrimonialização, movimento próprio do ocidente, se tornaram objetos de políticas públicas com agências nacionais e internacionais voltadas para esta finalidade.

Patrimonializar passou a significar um processo de escolha de determinados bens ou artefatos capazes de simbolizar ou de representar metaforicamente a ideia abstrata de nação e seus corolários, como a ideia de humanidade (2017, p. 67).

Jardim (1995) menciona que a partir do século XIX, no projeto de Estado Nacional, as concepções de memória são desenhadas e inventam-se as tradições para uma nação que reserve um passado aos seus integrantes, e no momento em que o Estado se organiza para a criação de um patrimônio comum surge a noção de patrimônio histórico/cultural, “que pressupõe valores, norteadores de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais” (p. 3).

Em síntese, Abreu (2015) apresenta a trajetória dos processos de patrimonialização em três grandes momentos. No primeiro, que vai do século XIX à primeira metade do século XX, estes processos estavam fundamentados na reconstrução da história, do passado ou na busca e valorização de uma arte nacional. No segundo, marcado pela criação da UNESCO em 1940, o conceito antropológico de cultura é absorvido nos referidos processos. No terceiro momento, iniciado em 1980 após o lançamento pela UNESCO da Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares em 1989, emerge o tema do patrimônio imaterial ou intangível, ou como a autora chama de “patrimonialização das diferenças”.

No Brasil, foi somente no século XX que a temática do patrimônio atingiu a esfera política por meio de projetos legislativos, especificamente na década de 1920. No contexto do Estado do Novo, foi criado em 1937 o primeiro decreto-lei que colocou sob a tutela do Estado o patrimônio histórico e artístico nacional, por meio da criação do SPHAN, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, representando um marco importante na construção de uma política pública de preservação de bens materiais que representassem a memória nacional, assim como na delimitação ampla do que deveria ser o patrimônio histórico e artístico nacional. Hoje o SPHAN é conhecido como Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Somente após a Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, que o conceito de patrimônio foi ampliado, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro. O Artigo 216 da Constituição define patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A Constituição Federal de 1988 passou também a incorporar os documentos como patrimônio cultural. De acordo com as ideias de Basques e Rodrigues (2014), durante muito tempo a expressão “patrimônio histórico e artístico” estava ligada às construções arquitetônicas em detrimento dos outros bens culturais, que deixaram de ser preservados. O art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 define o patrimônio cultural, entre outros, incluindo “V – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”.

Desta maneira, a Constituição de 1988 representa um marco importante para o documento na esfera pública, tanto quanto ao seu valor como patrimônio, quanto ao dever do Estado diante seu tratamento, preservação e acesso, pois o parágrafo 2º menciona que “cabem à administração

pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

Segundo o IPHAN³, temos o patrimônio material, o patrimônio imaterial, o patrimônio arqueológico e o patrimônio mundial. Os documentos estão inseridos na definição de patrimônio material.

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. [...] Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Conforme Crivelli e Bizello (2015), a preocupação com a preservação, com o estado de conservação e o acesso ao patrimônio documental ao redor do mundo é motor para a criação, em 1992, do Programa Memória do Mundo, cujo objetivo é o incentivo à preservação de documentos e conjuntos documentais, a recuperação dos que se encontram em risco, evitar que os em bom estado se deteriore e garantia de acesso.

Conforme argumenta Crivelli e Bizello (2015), a ideia de patrimônio documental corresponde a uma categoria de bens culturais que remetem à memória do grupo detentor, e que a ideia de patrimônio documental está próxima do conceito de arquivo permanente. Argumentando as ideias de Garcia Belsunce (1986), os autores mencionam que “todo documento permanente passa, automaticamente, à qualidade de patrimônio documental”, isto é, os documentos permanentes são sinônimos de patrimônio documental. Por outro lado, a conversão de um documento permanente é um processo pautado em legislações e métodos da Arquivologia, como a gestão de documentos.

Crivelli e Bizello nos permitem compreender que, como a compreensão de patrimônio está ligada a formação e manutenção de uma identidade coletiva, este símbolo de identidade não é uma característica da formação de arquivos permanentes. Portanto, para a qualificação de um documento permanente em patrimônio é preciso que haja uma resignificação que atinja o nível simbólico da propriedade do pertencimento coletivo.

Ao patrimônio documental caberá não apenas representar um tempo específico por meio das informações que registra, mas, antes, realizar uma ação firmada na condição de significar a cultura, a identidade, história e memória de um grupo (Crivelli e Bizello, 2015, p. 11).

³ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Educação Patrimonial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em 07 fev 2023.

No Brasil, apesar de ter sido no século XIX, por meio da Criação do Arquivo do Império, que as noções de patrimônio se instituíram a fim de materializar as memórias coletivas da sociedade ocidental, promovendo um sentimento de identidade e fortalecimento dos estados nacionais, foi no século XX que a importância do arquivo como instrumento de informação, transparência e memória se estabeleceu na esfera pública. Desde a década de 1930, observamos os esforços do Estado na delimitação do patrimônio com a finalidade de reforçar a identidade nacional e preservar os bens e locais de memória. Apesar de não ter sido instituído nas definições de patrimônio do SPHAN com clareza, a preservação dos documentos foi justificada pelo valor histórico atribuído a eles. Por outro lado, a preocupação com a gestão dos documentos públicos em todas as suas fases, e não apenas os documentos de fase permanente, só foi instituída após a Constituição de 1988, o que justifica a precariedade encontrada nos arquivos públicos estaduais e municipais.

Jardim (1995, p. 1), ao discorrer sobre o que ele chama de a invenção da memória nos arquivos, menciona que muitos termos estão associados à memória, como “resgate, preservação, conservação, registros, seleção etc.”, desta forma, a memória é visualizada como “dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais”. Os estoques informacionais dos arquivos públicos tendem a ser considerados como parte de uma memória coletiva tomada como um produto e não como um processo, isto é, esta memória arqueologizável é identificada sob a noção de patrimônio documental arquivístico. Segundo o autor, os arquivos públicos promovem a “monumentalização” dos seus documentos, favorecendo a recuperação e divulgação de determinadas informações em detrimento de outras.

Como podemos observar, as sistematizações da compreensão de patrimônio derivam da importância e materialização da memória para o estabelecimento dos laços sociais, sendo o patrimônio característico da sociedade ocidental. No Brasil, no primeiro momento documentos foram preservados em função do valor histórico atribuídos a eles, somente a após a redemocratização que a gestão dos documentos em todas as suas fases se tornou objeto de preocupação da esfera pública. Os documentos exercem poder sobre a memória coletiva e possuem uma função social de atender a sociedade, mas demandam ações concretas para a memória se materializar e suas funções serem atendidas, a construção de memórias fica comprometida se os arquivos e as instituições arquivísticas não atendem as suas funções. Os projetos de Estado e as políticas públicas são fundamentais na preservação e no acesso ao patrimônio arquivístico, garantindo as memórias sociais e populares. É preciso memorar o patrimônio e mantê-lo ativo na memória das pessoas. Para isso, as ações concretas são necessárias, isto é, as políticas públicas.

Considerando a importância dos arquivos como patrimônio e instrumento de memória social, e dos instrumentos de pesquisa como meios fundamentais para possibilitar o acesso à informação destes arquivos, pretendemos estudar os instrumentos de pesquisa dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro.

2.3 Descrição Arquivística e Instrumentos de Pesquisa

A literatura arquivística tradicional permite-nos compreender que o Princípio da Proveniência deve guiar as atividades realizadas no âmbito dos arquivos permanentes. Ela determina que o arranjo em fundos torna o arquivo permanente organizado e lógico, e a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nos documentos possam ser alcançados pelos pesquisadores, e para isso é necessária a constituição de instrumentos de pesquisa. A atividade da descrição é comumente associada à elaboração de seu produto final, o instrumento de pesquisa, fundamental para a localização e descrição de conteúdo dos documentos permanentes.

A descrição arquivística, segundo Bellotto (2006, p. 179), pode ser definida da seguinte maneira: “O processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. Paes (2004, p. 126) afirma que “o trabalho do arquivo só se completa com a elaboração dos instrumentos de pesquisa, que consistem na descrição e na elaboração dos documentos no acervo”.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 67), a descrição é “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.”

Indo mais além na definição do processo descritivo, Andrade (2008, p. 15) afirma que a descrição tem o propósito de “[...] identificar, gerenciar, estabelecer o controle intelectual, localizar, explicitar o acervo arquivístico e promover o acesso.”. Andrade também afirma que a descrição é uma “atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico [...] além de habilidade com a língua”. (2008, p.15) “A proposta da descrição deve conter elementos acerca do contexto de criação [...]” (2008, p. 17). Andrade também explicita que os profissionais da arquivologia devem, ao fazer a descrição, descrever o conteúdo, a forma e o contexto de produção dos documentos, a fim de resguardar as características do arquivo de imparcialidade e autenticidade.

De acordo as definições apontadas anteriormente, podemos perceber que tradicionalmente a descrição tem como objetivo principal possibilitar o acesso aos documentos, por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem identificar, rastrear e localizar dados.

Em contraponto com a literatura tradicional, Oliveira (2019, p. 11) define a descrição como “uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia e métodos próprios da Arquivologia, que objetiva a produção de conhecimento sobre os arquivos e o acesso aos mesmos”. A autora não menciona em sua definição os instrumentos de pesquisa e afirma que a simplificação da definição de descrição de arquivística, reduzida à elaboração de instrumentos de pesquisa, não reconhece o trabalho de pesquisa do arquivista, e que os instrumentos não traduzem todo o conhecimento do arquivista sobre o acervo.

Os instrumentos de pesquisa, por sua vez, são definidos por Bellotto (2006, p. 180): “os instrumentos de pesquisa são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente”.

Os instrumentos de pesquisa podem ser definidos como as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo e que permitem a identificação, localização ou consulta a documentos ou as informações neles contidas. Os instrumentos são produtos da descrição e viabilizam o acesso, orientando o usuário para a pesquisa. Eles são os primeiros recursos utilizados pelos usuários na busca de informações nos arquivos permanentes, pois oferecem informações específicas sobre os documentos ou conjuntos documentais procurados. Os usuários dependem destes instrumentos para buscar informações que sejam de seu interesse nos arquivos. Portanto, os instrumentos precisam dispor de informações suficientes para atender as necessidades de pesquisa aos acervos.

A literatura nos ensina que existem vários tipos de instrumentos de pesquisa, os mais comuns são os guias, os inventários, os catálogos e índices, sendo destinados ao corpo técnico do arquivo para controle do acervo, como também para todos os possíveis consulentes. Bellotto (2006, p. 180) destaca a existência de dois grupos de instrumentos de pesquisa, a saber, genéricos e globalizantes, e os parciais, nos seguintes termos: os inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices. Além disso, há também a edição de fontes.

Há instrumentos de pesquisa genéricos e globalizantes, como os guias, há os parciais, que são detalhados e específicos, tratando de parcelas do acervo, como os inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices, e há também a publicação dos documentos na íntegra, a chama ‘edição de fontes’.

O guia é o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido no arquivo, pois permite um mapeamento panorâmico do acervo. É o instrumento de pesquisa mais genérico, pois se propõe a informar sobre a totalidade de fundos existentes no arquivo. Segundo Paes (2004, p. 128), sua “finalidade é informar sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período de tempo, a quantidade de cada fundo integrante do acervo total do arquivo”. Segundo a autora, nele também deverão constar informações como endereço, telefone e horário de atendimento da instituição, fundos, coleções, seu nível de organização, condições físicas e jurídicas do acesso, possibilidades de reprodução e etc.

De acordo com Lopez (2002), os guias se dividem em duas partes distintas. A primeira traz dados sobre a instituição e condições para consultas e deve contar as seguintes informações: nome da instituição; endereço, telefone e etc; endereço eletrônico; website; dias e horários de consulta; ficha técnica da instituição (informações sobre a estrutura administrativa); localização e facilidades externas à instituição; breve histórico da instituição, indicando sua situação atual; perfil do acervo, indicando os objetivos e os critérios gerais para aquisição de fundos ou de coleções, destacando a importância de seus documentos; condições e restrições à consulta; suporte à consulta; política de reprodução; política de intercâmbio; formas de acesso aos documentos (indicação dos instrumentos de pesquisa de que dispõe); outras publicações da instituição; prestação de serviços (se oferece serviços para terceiros como xerox, reprodução de documentos, transcrição de fitas, organização de acervos etc).

Segundo Lopez (2002), a segunda parte do guia objetiva descrever os fundos e coleções. Nele devem constar os seguintes dados: nome do fundo, coleção ou conjunto documental; histórico de identificação e trajetória do titular, trajetória do conjunto documental até a sua incorporação ao acervo; caracterização sumária do perfil do fundo ou da coleção; tipos documentais mais frequentes; documentos complementares (indicar os fundos e as coleções na mesma ou em outra instituição que possam complementar o conjunto em pauta); condições físicas gerais do acervo, indicando não apenas o estado de conservação dos documentos, mas também a existência de microfimes e de cópias para a consulta, se for o caso; estágio atual da organização; quantidade aproximada de documentos e datas-limite; condições de acesso; condições de reprodutibilidade; e instrumentos de pesquisa (Lopez, 2002).

O inventário, segundo Bellotto (2006), é o instrumento do tipo de parcial que traz uma descrição sumária dos conjuntos documentais ou partes do fundo. Segundo Lopez (2002), o inventário é, pela ordem hierárquica dos níveis da classificação, o instrumento de pesquisa que se segue ao guia. Ele busca oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de

documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação. Ao contrário do guia, os inventários devem, necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística.

Lopez (2002) afirma que os inventários também costumam ser apresentados em duas partes distintas. A primeira, que seria uma introdução, objetiva resumir o conjunto. A segunda, por sua vez, objetiva delinear o conteúdo de cada série. Para a introdução são necessárias as mesmas informações existentes na segunda parte do guia, acrescidas de: indicação da importância dos documentos inventariados para a pesquisa; explicação da forma e dos critérios de classificação adotados na organização dos documentos em pauta; delineamento e explicação do plano de classificação adotado; definição terminológica dos conceitos empregados. As referências constitutivas do corpo do inventário devem apresentar os seguintes dados: situação no plano de classificação (nome do fundo, grupo e etc); nome da série e explicação de sua caracterização, quando necessário; datas-limite e quantidade de documentos; notação ou localização da série no fundo ou na coleção; e forma de ordenação dos documentos dentro da série (Lopez, 2002).

O inventário analítico é descrito por Paes (2004) como um instrumento cujo objetivo, através de uma descrição minuciosa de conteúdo das unidades de arquivamento, é possibilitar um conhecimento individualizado das unidades de arquivamento aos usuários.

O catálogo descreve individualmente as unidades documentais das séries. É elaborado segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico, incluindo todos os documentos, pertencentes a um ou a mais fundos, descritos de forma sumária ou pormenorizada (Paes, 2004, p. 136).

Paes (2004, p. 136) afirma que o catálogo tem como finalidade:

Agrupar os documentos que versem sobre um mesmo assunto, ou que tenham sido produzidos num dado período de tempo, ou que digam respeito a determinada pessoa, ou a lugares específicos existentes em um ou mais fundos.

Os catálogos, assim como os índices, de acordo com Lopez (2002), constituem instrumentos voltados para a localização específica de unidades documentais. O catálogo dará continuidade à descrição da série iniciada com o inventário, detendo-se, agora, em cada documento, respeitando ou não a ordenação destes dentro da série.

Lopez (2002) afirma que só é possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas. Além dos dados gerais sobre as séries, na introdução do catálogo deverão constar: explicação sobre a importância do catálogo e da descrição individualizada dos documentos em questão; contextualização das séries escolhidas

dentro das atividades do titular do fundo; indicação dos critérios eleitos para a ordenação dos documentos na classificação e na descrição. A montagem do corpo do catálogo pode adotar o formato de verbete como o de tabela, sendo necessário indicar: tipo documental (caso não esteja determinado na série); título do documento; emissor e destinatário; função imediata do documento (objetivo para o qual foi produzido); resumo ou descritores do documento; datas tópica e cronológica; caracteres externos mais relevantes (número de páginas, formato e dimensão); e notação ou localização do documento.

Lopez (2002) afirma que os índices, como instrumentos de pesquisa autônomos, procuram decompor os documentos em descritores, que podem ser temáticos, cronológicos, onomásticos, geográficos etc. Os índices têm como objetivo permitir uma rápida localização das unidades documentais que atendam a critérios específicos, tanto de uma única série como de diferentes fundos. Entretanto, a forma mais comum de ocorrência dos índices é sua integração dentro de outros instrumentos de pesquisa, visando garantir possibilidades variadas de acesso aos documentos em questão. Os instrumentos de pesquisa muito extensos, como os catálogos de conjuntos documentais volumosos, geralmente são complementados por algum tipo de índice.

Paes (2004) menciona, além dos guias, inventários e catálogos, os repertórios também como instrumentos de pesquisa. O repertório é definido por Paes (2004, p. 138) como o instrumento que “descreve pormenorizadamente documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos, segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico”.

Entretanto, Lopez (2002) afirma que a terminologia dos instrumentos de pesquisa se modificou com o tempo. O primeiro movimento a fim de estabelecer as definições terminológicas dos instrumentos foi dado pela publicação do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, em 1990, reformulado em 1996 com o título de Dicionário de Terminologia Arquivística.

A profissionalização das atividades dos arquivistas no Brasil possibilitou que as descrições de peças individualizadas dessem lugar à confecção de inventários na prática cotidiana dos arquivistas. Antes da publicação dos dicionários, havia uma grande gama de definições de instrumentos de pesquisa voltados à descrição de documentos individualizados. Após as publicações e com as novas terminologias, estes instrumentos foram incorporados ao conceito de catálogo.

Desta maneira, de acordo com a sistematização de equivalência terminológica de Lopez (2002), observamos que na terminologia anterior o inventário sumário deu lugar ao termo

“inventário”, apenas. O inventário analítico, o catálogo sumário e o catálogo analítico deram lugar ao catálogo. O repertório deu lugar ao catálogo seletivo. Os guias e índices continuaram com a mesma terminologia. Portanto, à definição antes trazida por Paes como repertório, associamos ao que atualmente é chamado de catálogo seletivo.

Depois de estudado os principais instrumentos, quais instrumentos escolher? Segundo Lopez (2002), a primeira atividade de descrição de uma instituição deve ser o guia, pois é a maneira mais rápida e eficiente de disponibilizar aos pesquisadores uma visão geral do acervo e da instituição de guarda. Mesmo em instituições cujo acervo ainda não esteja completamente organizado, o mapeamento geral feito por um guia é fundamental para que se possa conhecer a situação dos documentos, e assim elaborar estratégias de organização. Se o consulente dispuser de um guia que lhe apresente o perfil de cada conjunto documental, poderá localizar facilmente os documentos do seu interesse, utilizando, então, os inventários. Os demais instrumentos de pesquisa, por possuírem descrições mais detalhadas, devem ser feitos quando o guia ou o inventário, por exemplo, estiverem finalizados.

Para elaborar um instrumento de pesquisa, é necessário que a descrição esteja alinhada com a classificação. Lopez (2002) sintetiza as principais etapas para a confecção de instrumentos de pesquisa, são elas: planejamento e definição de prioridades, o estabelecimento do conteúdo do instrumento, a preparação para o recolhimento das informações, o recolhimento das informações e a confecção e divulgação dos instrumentos de pesquisa.

A elaboração de um instrumento deve levar em conta a sua importância como único e principal meio de acesso a informação aos arquivos permanentes, assim como reconhecer o potencial informativo dos documentos. Por conta disto, esta elaboração deve ser baseada em critérios existentes a fim de racionalizar o trabalho, deve ter qualidade e precisão, respeitar os princípios arquivísticos e demonstrar a relação orgânica entre os documentos.

Tendo em vista a importância das atividades de descrição e dos instrumentos de pesquisa, a padronização das normas internacionais da descrição arquivística foi fundamental para a promoção de acesso aos arquivos pois permite avanços na comunicação entre os arquivistas e as instituições arquivísticas do mundo todo, tendo em vista que a normatização possibilita a troca eletrônica de informações entre os acervos de todo o mundo e o acesso à informação por parte dos consulentes e a consulta em geral. Desta maneira, um pesquisador pode localizar com facilidade informações em diversos arquivos diferentes, por exemplo.

Assim, em 1988, o Conselho Internacional de Arquivos⁴ (CIA) iniciou a formulação de diretrizes para a criação de uma norma mundial de descrição arquivística, a *General International Standard Archival Description*, a ISAD (G). Como subsequente à criação da ISAD(G), outras normas de descrição de documentos de arquivo foram criadas. Além da ISAD (G), que se propõe a descrever os acervos arquivísticos, há a que se propõe a descrever os produtores de arquivos, como a *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families* (ISAAR/CPF), as funções dos produtores de arquivos, por meio da *International Standard for Describing Functions* (ISDF) e as instituições custodiadoras de acervos arquivísticos, por meio da *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings* (ISDIAH).

A ISAD(G) propõe padronizar a descrição arquivística de acervos a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica. A norma propõe campos específicos, hierarquizados nos cinco grandes níveis indicados, conforme Lopez (2002): identificação, contexto, conteúdo e estrutura, acesso e utilização, e documentação associada.

Por sua vez, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), criada pelo CONARQ em 2006, tem como objetivo a adaptação das normas internacionais à realidade do Brasil, tendo como inspiração a ISAD (G) e a ISAAR (CPF), porém sem ser uma mera tradução.

A ISAD(G) e NOBRADE por proporem as mesmas coisas, possuem objetivos similares, com poucas diferenças. A primeira procura garantir a criação de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas, facilitar a reprodução e troca de informação sobre os documentos arquivísticos e tornar possível a integração de descrição de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

Segundo o CONARQ (2006), a NOBRADE tem como pressuposto básico o respeito aos fundos e a descrição multinível, e é baseada na ISAD(G) e na ISAAR, o que facilita o acesso e a troca de informações em níveis nacionais e internacionais. Além disso, é constituída por normas flexíveis para sistemas automatizados e manuais de descrição, que se adaptam à realidade brasileira de organização dos fundos, colaborando para o intercâmbio de dados, nacional ou internacional, como acontece com o software AtoM (Access to Memory). O AtoM

⁴ Nome original: International Council on Archives (ICA).

foi criado em 2003 pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) para disseminar as normas de descrição. Atualmente, ele é mantido pela Artefactual⁵.

Desta maneira, a descrição tradicional, cujo modelo está incorporado na ISAD (G), é uma descrição que começa na descrição de fundos, depois dos componentes dos fundos, e assim por diante, de maneira hierárquica, objetivando elucidar o contexto e o conteúdo dos documentos.

Nos últimos anos, os avanços tecnológicos e a popularização da internet reformularam a maneira que os arquivistas descrevem e possibilitam o acesso aos documentos. Conforme o CIA (2021), em 2012 foi concebido o EGAD/ICA, objetivando desenvolver um modelo conceitual internacional para a descrição arquivística por meio da integração das quatro normas internacionais de descrição citadas anteriormente (ISAD (G), ISAAR, ISDIAH E ISDF) em sistemas unificados de informações de documentos de arquivo. Desta forma, desenvolveu-se o *Records in Contexts* (RiC).

Segundo o CIA (2021), ao longo da década de 1990, por mais que os instrumentos de pesquisa fossem produzidos em meios cada vez mais automatizados, eles ainda eram produzidos em documentos impressos, ou quando apresentados online, tinham layout e apresentação semelhantes a documentos impressos. Hoje em dia, muitos sistemas de controle e de acesso aos documentos são automatizados e dispostos em bancos de dados. Nesta nova realidade da descrição arquivística automatizada, ao invés do trabalho de revisão da ISAD (G) e de seus padrões, limitados quanto às tecnologias de comunicação existentes atualmente, que permitem descrever os documentos e suas relações complexas com os outros documentos, o EGAD propôs o RiC-CM, objetivando fornecer uma estrutura para padronizar a descrição e o desenvolvimento de softwares de controle e descrição.

A descrição arquivística é uma atividade que depende das tecnologias disponíveis. Portanto, atualmente se materializa em sistemas ou instrumentos de busca, desassociando-se das definições tradicionais que a coloca como a simples elaboração de instrumentos de pesquisa como inventários, índices, catálogos e guias, impressos ou apresentados on-line em formato passível de impressão. É válido destacar que o modelo de descrição da ISAD(G) é mantido por meio de uma variedade de tecnologias, como os bancos de dados por exemplo. Como afirma Moraes (2019, p. 5):

A evolução tecnológica alcançada nas últimas décadas do século XX, segundo Llanes Padrón (2016), permitiu dissociar o conceito de descrição do instrumento de busca. Se, de um lado, a descrição destina-se à elaboração da representação (atividade), que

⁵ A Artefactual é uma empresa de desenvolvimento de softwares, como o AtoM e a Archivematica. (<https://www.accesstomemory.org/pt-br/>)

pode ter diferentes formas de manifestação (instrumentos de consulta), é por meio de bancos de dados descritivos que se torna possível obter diferentes formatos de saída (várias formas de tela ou diferentes tipos de formas). Para essa afirmação Llanes Padrón (2016) cita a proposta de Cook e Procter (1989), em que os autores consideram que a descrição não é mais a representação dos documentos que utilizam descritores e essas representações, mas que, na prática, se materializam em sistemas ou instrumentos de busca.

Desta maneira, saímos da descrição multinível e hierárquica da ISAD(G), para uma descrição multidimensional proposta pelo RiC, que acomoda a descrição em fundos e multinível modelada no ISAD(G), mas também permite uma descrição mais aberta de proveniências mais complexas e mistas.

Yeo (2017) busca fazer uma reflexão em torno da descrição no início do século 21. Segundo ele, “a tecnologia simplificou a disseminação da informação descritiva” (2017, p. 152), os usuários agora tem acesso imediato e remoto a milhares de descrições que antes se encontravam dispersas e difíceis de acessar. Porém, a normatização descritiva se concentra em estruturas intelectuais e regras de conteúdo, desta forma, na ausência de normas estabelecidas, “os usuários, ao consultarem uma gama de recursos online, frequentemente precisam aprender uma nova interface e sintaxe de recuperação para cada site que visitam” (2017, p. 153). Desta maneira, as pressões para fornecer acesso online a dados descritivos com rapidez e em quantidade se tornaram prioridade em relação a pesquisa e ao desenvolvimento de métodos eficientes de apresentação (YEO, 2017).

Oliveira (2019) afirma que a busca pela padronização da descrição arquivística, que é fundamental para o acesso aos acervos e aos usuários, se confundiu com a padronização dos instrumentos de pesquisa, produzindo equívocos na interpretação da função da atividade de descrição. A autora defende que ao nomearmos a descrição como a atividade de elaboração desses instrumentos, “calamos a responsabilidade científica do arquivista em produzir a autêntica ponte entre o arquivo e o usuário.” Ela discorre que a discussão sobre os modelos de descrição é sobre a produção de instrumentos de pesquisa, assim, o processo científico de produção de conhecimento sobre os arquivos não é reconhecido. O discurso de padronização promovido por pesquisadores e entidades representativas não envolve a percepção da cientificidade da descrição e da cientificidade do trabalho do arquivista. O diferencial da representação do arquivo está no comprometimento teórico e metodológico do arquivista com a produção de uma representação do arquivo acurada.

A autora reconhece que a padronização é necessária no ambiente de acesso aos conteúdos dos acervos mas defende que a descrição deve seguir o protocolo científico de elaboração de pesquisa. Na Arquivologia contemporânea, não deveria haver a negação do trabalho de

pesquisa do arquivista. Ao permitirmos que os profissionais lidem com a descrição de maneira técnica e prática, estaremos permitindo o nivelamento de uma atividade complexa a isto. Desta maneira, a questão da descrição não é a definição do modelo de instrumento a ser utilizado, mas sim que sempre será necessário uma pessoa capacitada para produzir conhecimento sobre um arquivo e suas atividades estão determinadas por um protocolo científico da Arquivologia (Oliveira, 2019).

Yeo (2017) menciona as percepções distintas do papel da descrição, que refletem mundos diferentes. Segundo ele, alguns arquivistas consideram a assistência ao usuário para a localização do documento como o único objetivo da descrição, ênfase explícita no termo “instrumentos de pesquisa”, termo utilizado como nome genérico dos produtos do processo descritivo. Outros arquivistas consideram essa visão limitada, pois consideram os produtos descritivos como ferramentas de gestão de conjuntos documentais, que dentre outros papéis, captam e reúnem informações sobre contexto. Desta forma, Yeo (2017, p. 136) menciona que:

Autores que enfatizam o contexto ou a autenticidade dão mais atenção aos documentos, à sua presunção de prova e às ações que os produzem. Aqueles que enfatizam o acesso e a localização são mais interessados nos usuários e em suas demandas por informações.

Yeo (2017) enfatiza também que os arquivistas estão cada vez mais convencidos de que a representação da informação nunca é perfeita, de que normas não são universais. As descrições não são imparciais ou neutras e deveriam dar crédito não só aos criadores, mas aos receptores, detentores de custódia e aos outros que intervieram.

Em suma, compreendemos que a descrição arquivística, antes definida como uma atividade técnica e prática de elaboração de instrumentos de pesquisa para representar a informação dos acervos e possibilitar o acesso, hoje em dia está atravessada por discussões a respeito das complexidades trazidas com os avanços tecnológicos e a busca por padronizações de sistemas que facilitem o trabalho dos arquivistas e o acesso aos usuários.

Os bancos de dados, ferramentas utilizadas atualmente como instrumentos de pesquisa, trazem benefícios e desafios. Na medida em que facilitam o acesso e a disseminação da informação arquivística entre arquivos, arquivistas e usuários do mundo inteiro, precisam de uma padronização eficiente, que não esteja apenas atenta a regras de conteúdo, mas que esteja também ligada ao trabalho científico do arquivista de produção de representação da informação arquivística de maneira mais eficiente possível. As descrições nunca serão neutras, mas com o rigor científico de um arquivista capacitado e consciente de seu papel como um pesquisador, a representação da informação disposta nos instrumentos é capaz de transpassar o tempo, com o mínimo de erros possíveis, adequada a realidade de cada acervo, representando de maneira

mais completa possível os acervos. As tecnologias, que estão em constante atualizações, requerem que o arquivista esteja sempre atento à TI pois os instrumentos também devem estar sempre se atualizando e em processos de melhorias. O reconhecimento do papel científico e multidisciplinar do arquivista é fundamental para lidar com estas questões trazidas com a contemporaneidade e pensar os instrumentos de pesquisa com qualidade e eficiência.

3. DIAGNÓSTICO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta seção está estruturada em nove subseções que objetivam detalhar os resultados obtidos ao longo do trabalho. Inicialmente, na subseção 3.1, são apresentados os resultados obtidos no percurso metodológico de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro, em seguida, nas subseções 3.2 à 3.8 são detalhadas as visitas técnicas e os resultados encontrados em cada arquivo pesquisado. Por fim, a subseção 3.9 objetiva descrever o diagnóstico comparativo dos instrumentos de pesquisa das instituições visitadas.

As subseções destinadas às visitas técnicas estão ordenadas por ordem cronológica de visita, obedecendo a seguinte estrutura: os dados populacionais, regionais, extensão territorial e história de cada município, cuja referência única foi o IBGE (2023); a história do arquivo, cuja fonte utilizada foi o DIBRARQ (2023); o relato do agendamento da visita técnica; o diagnóstico dos instrumentos de pesquisa identificados; e as informações obtidas a partir do instrumento de coleta de dados, como os profissionais que elaboram e alimentam os instrumentos, os acervos mais consultados, o perfil de profissionais que visitam as instituições, a ausência ou presença de estudos de usuários e as estratégias de acesso e a acessibilidade.

Os resultados encontrados em cada arquivo objetivaram oferecer uma visão acerca de quais instrumentos de pesquisa estão disponíveis nas instituições visitadas, se respeitam as estruturas previstas na literatura, qual a quantidade destes instrumentos, quais são os seus campos de descrição e se estes campos respeitam as normas arquivísticas.

3.1 Resultados do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro

Após a análise conceitual desenvolvida, iniciou-se a segunda parte da metodologia: o processo empírico para identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro. Ela foi dividida em dois momentos: o primeiro envolveu a pesquisa documental, por meio de consultas a sites e documentos, e o segundo envolveu as solicitações, por meio do e-SIC, às prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.

Foi possível observar que no CODEARQ (2023) e no DIBRARQ (2023) há 13 instituições que armazenam acervos arquivísticos municipais, dentre as quais apenas cinco são arquivos formalmente instituídos com arquivo público municipal, são elas: o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o

Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença, Arquivo Público Municipal de Maricá e a Fundação D. João VI – Arquivo Pró-Memória.

As consultas ao CODEARQ (2023) e ao DIBRARQ (2023) possibilitaram localizar outras instituições que armazenam acervos arquivísticos importantes para seus respectivos municípios, considerados como patrimônio, além dos arquivos públicos municipais. Porém algumas estas instituições não entraram no recorte para realização do diagnóstico proposto, pois são instituições que são transpassadas por outra orientação que não é de um arquivo público municipal, apesar de armazenarem acervos arquivísticos importantes, como: o município de Macaé, que possui acervos no Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé; o Centro de Memória Municipal Dr. Sylvio Lamas de Vasconcelos da prefeitura de Araruama; o Instituto Histórico e Geográfico Itaborahyense que tem por missão institucional a guarda, conservação e restauração de documentos históricos referentes à história de Itaboraí; a Prefeitura do Município de Comendador Levy Gasparian; o Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, que armazena, além de documentos da cúria, documentos importantes da história do município de Nova Iguaçu; e a Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. O município de Campos, porém, possui arquivo público municipal.

Segundo o relatório do CONARQ (2020), há dez arquivos municipais no Estado do Rio de Janeiro, são eles dos municípios de: Campos dos Goytacazes, Macaé, Magé, Maricá, Nova Friburgo, Petrópolis, Piraí, Resende, Rio de Janeiro e Valença. O quadro 1, a seguir, demonstra os resultados da primeira etapa do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro.

Quadro 1 – Resultados do primeiro momento do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro (continua)

INSTITUIÇÕES E ARQUIVOS IDENTIFICADOS	DIBRARQ	CODEARQ	Relatório do CONARQ	Guia do Patrimônio	Serfões do Macacu
Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	✓	✓	✓	✗	✗
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	✓	✓	✓	✗	✗
Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença	✓	✓	✓	✗	✗
Arquivo Público Municipal de Maricá	✓	✓	✓	✗	✗
Fundação D. João VI – Arquivo Pró-Memória	✓	✓	✓	✓	✓
Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral (Arquivo Histórico de Petrópolis)	✓	✓	✓	✓	✗

Quadro 1 – Resultados do primeiro momento do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro (conclusão)

INSTITUIÇÕES E ARQUIVOS IDENTIFICADOS	DIBRARQ	CODEARQ	Relatório do CONARQ	Guia do Patrimônio	Sertões do Macacu
Câmara Municipal de Macaé	✓	✓	✓	✓	✗
Arquivo Histórico Municipal de Resende	✗	✗	✓	✓	✗
Arquivo Municipal de Piraí	✗	✗	✓	✓	✗
Arquivo Municipal de Magé	✗	✗	✓	✗	✗
Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu/Arquivo	✗	✗	✗	✗	✓
Prefeitura Municipal de Cantagalo/Arquivo	✗	✗	✗	✗	✓
Prefeitura Municipal do Carmo/Centro Cultural Professor Jair Nunes	✗	✗	✗	✗	✓
Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé	✓	✓	✗	✗	✗
Centro de Memória Municipal Dr. Sylvio Lamas de Vasconcelos	✓	✓	✗	✗	✗
Instituto Histórico e Geográfico Itaborahyense	✓	✓	✗	✗	✗
Prefeitura do Município da Comendador Levy Gasparian	✓	✓	✗	✗	✗
Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu	✓	✓	✗	✗	✗

Fonte: elaborado pela autora, a partir de CODEARQ (2023), DIBRARQ (2023), Relatório Técnico sobre Censo de Arquivos Públicos Instituídos no Brasil (2020), Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro (1997) e ao Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense (2013).

As prefeituras que responderam por meio do e-SIC possuir arquivo municipal são: Areal, Barra Mansa, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Petrópolis, Piraí, São Gonçalo e Varre Sai.

O segundo momento do processo de identificação foi concluído da seguinte maneira: Das 91 prefeituras, 25 não conseguimos sequer realizar a solicitação pelo e-SIC por problemas nos sites, 40 prefeituras não responderam a solicitação e 26 responderam. Dentre as 26 prefeituras que responderam, três disseram não possuírem arquivo municipal, 11 disseram que possuem arquivo e 12 prefeituras deram respostas inconclusivas e não objetivas. Isto é, 43,95% não responderam, 28,57% responderam e em 27,47% não conseguimos realizar a solicitação.

Os municípios de Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Cantagalo, Carmo tem seus acervos descritos no Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense (2013). Entretanto, de acordo com o documento, não localizamos arquivos

públicos municipais como instituições das respectivas cidades, com exceção do Arquivo Pró-Memória de Nova Friburgo, localizado tanto no Relatório do CONARQ (2020), quanto nas consultas ao CODEARQ e ao DIBRARQ, como o que enquadramos como uma instituição arquivística. Petrópolis tem seu arquivo público municipal registrado no CODEARQ e no DIBRARQ. O arquivo municipal de Piráí foi identificado no relatório do CONARQ (2020) e também está registrado no Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro (1997).

Entretanto, nas demais prefeituras que responderam possuir arquivo municipal por meio do e-SIC, como Areal, Barra Mansa, Casimiro de Abreu, São Gonçalo e Varre Sai, não localizamos registros destes arquivos e acredita-se, pelo teor das respostas, se tratam de arquivos como setores das prefeituras, e não arquivo como uma instituição.

Os resultados das consultas ao CODEARQ (2023), ao relatório do CONARQ (2020), ao DIBRARQ (2023) e as respostas dos e-SICs foram esquematizados no quadro abaixo, que dispõe os nomes de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, organizado por ordem decrescente de população, cuja fonte foi o IBGE (2023) e a instituição e/ou arquivo municipal localizado. As respostas recebidas por meio do e-SIC foram esquematizadas no quadro 2, a seguir, seguinte maneira: “Sim” para as prefeituras que disseram possuir arquivo municipal; “Não” para as que disseram não possuir arquivo municipal; “Resposta inconsistente” por não ter sido possível compreender com clareza a resposta; e “Sem resposta” para as prefeituras que não responderam ou para aquelas que não foram possíveis enviar a solicitação.

Quadro 2 – Resultados do segundo momento do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro (continua)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS NO PRIMEIRO MOMENTO	RESPOSTAS e-SIC
Rio de Janeiro	6.775.561	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)	x
São Gonçalo	1.098.357	Não informado	Sim
Duque de Caxias	929.449	Não informado	Sem resposta
Nova Iguaçu	825.388	Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu	Sem resposta
Niterói	516.981	Não informado	Resposta inconsistente
Belford Roxo	515.239	Não informado	Sem resposta
Campos dos Goytacazes	514.643	Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	Resposta inconsistente
São João de Meriti	473.385	Não informado	Sem resposta

Quadro 2 – Resultados do segundo momento do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro (continuação)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS NO PRIMEIRO MOMENTO	RESPOSTAS e-SIC
Petrópolis	307.144	Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral	Sim
Volta Redonda	274.925	Não informado	Resposta inconsistente
Macaé	266.136	Arquivo Geral da Câmara Municipal de Macaé e o Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé	Sem resposta
Magé	247.741	Arquivo Geral da Prefeitura de Magé	Sem resposta
Itaboraí	244.416	Instituto Histórico e Geográfico Itaborahyense	Sem resposta
Cabo Frio	234.077	Não informado	Sem resposta
Angra dos Reis	210.171	Não informado	Não
Nova Friburgo	191.664	Fundação D. João VI de Nova Friburgo – Arquivo Pró-Memória	Sim
Teresópolis	185.820	Não informado	Sem resposta
Barra Mansa	185.237	Não informado	Sim
Mesquita	177.016	Não informado	Resposta inconsistente
Maricá	167.668	Arquivo Público Municipal de Maricá	Sem resposta
Nilópolis	162.893	Não informado	Sem resposta
Rio das Ostras	159.529	Não informado	Resposta inconsistente
Queimados	152.311	Não informado	Sem resposta
Itaguaí	136.547	Não informado	Sem resposta
Araruama	136.109	Centro de Memória Municipal Dr. Sylvio Lamas de Vasconcelos	Sem resposta
Resende	133.244	Arquivo Histórico Municipal de Resende	Sem resposta
São Pedro da Aldeia	107.556	Não informado	Sem resposta
Japeri	106.296	Não informado	Sem resposta
Itaperuna	104.354	Não informado	Sem resposta
Barra do Piraí	101.139	Não informado	Sem resposta
Saquarema	91.938	Não informado	Sem resposta
Seropédica	83.841	Não informado	Sem resposta
Três Rios	82.468	Não informado	Não
Valença	77.202	Arquivo Público e Histórico de Valença	Sem resposta
Guapimirim	62.225	Não informado	Sem resposta
Rio Bonito	60.930	Não informado	Resposta inconsistente
Cachoeiras de Macacu	59.652	Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu/Arquivo	Sim
Paracambi	53.093	Não informado	Sem resposta

Quadro 2 – Resultados do segundo momento do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro (continuação)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS NO PRIMEIRO MOMENTO	RESPOSTAS e-SIC
Mangaratiba	45.941	Não informado	Sem resposta
Casimiro de Abreu	45.864	Não informado	Sim
Paraíba do Sul	44.741	Não informado	Sem resposta
Paraty	44.175	Não informado	Sem resposta
Santo Antônio de Pádua	42.705	Não informado	Sem resposta
São Francisco de Itabapoana	42.214	Não informado	Sem resposta
São Fidélis	38.749	Não informado	Sem resposta
Bom Jesus do Itabapoana	37.306	Não informado	Sem resposta
Vassouras	37.262	Não informado	Resposta inconsistente
São João da Barra	36.731	Não informado	Resposta inconsistente
Armação dos Búzios	35.060	Não informado	Sem resposta
Tanguá	34.898	Não informado	Sem resposta
Itatiaia	32.312	Não informado	Sem resposta
Arraial do Cabo	30.827	Não informado	Sem resposta
Piraí	29.802	Arquivo Histórico de Piraí	Sim
Iguaba Grande	29.344	Não informado	Sem resposta
Paty do Alferes	27.942	Não informado	Sem resposta
Bom Jardim	27.779	Não informado	Sem resposta
Miracema	27.134	Não informado	Sem resposta
Miguel Pereira	25.622	Não informado	Sem resposta
Pinheiral	25.563	Não informado	Sem resposta
Quissamã	25.535	Não informado	Resposta inconsistente
Conceição de Macabu	23.398	Não informado	Sem resposta
Itaocara	23.222	Não informado	Sem resposta
Cordeiro	22.041	Não informado	Sem resposta
São José do Vale do Rio Preto	21.916	Não informado	Sem resposta
Silva Jardim	21.774	Não informado	Sem resposta

Quadro 2 – Resultados do segundo momento do processo de identificação dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro (conclusão)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS NO PRIMEIRO MOMENTO	RESPOSTAS e-SIC
Cantagalo	20.168	Prefeitura Municipal do Carmo/Centro Cultural Professor Jair Nunes	Sim
Porto Real	19.974	Não informado	Sem resposta
Carmo	19.030	Prefeitura Municipal de Carmo/Arquivo	Sim
Porciúncula	18.960	Não informado	Sem resposta
Mendes	18.648	Não informado	Sem resposta
Rio Claro	18.605	Não informado	Sem resposta
Sapucaia	18.249	Não informado	Sem resposta
Carapebus	16.586	Não informado	Resposta inconsistente
Sumidouro	15.667	Não informado	Sem resposta
Cambuci	15.514	Não informado	Sem resposta
Natividade	15.311	Não informado	Sem resposta
Italva	15.299	Não informado	Sem resposta
Quatis	14.435	Não informado	Sem resposta
Engenheiro Paulo de Frontin	14.071	Não informado	Não
Cardoso Moreira	12.821	Não informado	Sem resposta
Areal	12.669	Não informado	Sim
Aperibé	11.901	Não informado	Não
Duas Barras	11.528	Não informado	Sem resposta
Varre-Sai	11.106	Não informado	Sim
Trajano de Moraes	10.640	Não informado	Sem resposta
Santa Maria Madalena	10.392	Não informado	Sem resposta
São Sebastião do Alto	9.387	Não informado	Sem resposta
Rio das Flores	9.344	Não informado	Sem resposta
Comendador Levy Gasparian	8.576	Não informado	Sem resposta
Laje do Muriaé	7.326	Não informado	Sem resposta
São José de Ubá	7.240	Não informado	Resposta inconsistente
Macuco	5.646	Não informado	Sem resposta

Fonte: elaborado pela autora, a partir de IBGE (2022), CODEARQ (2023), DIBRARQ (2023), Relatório Técnico sobre Censo de Arquivos Públicos Instituídos no Brasil (2020), Guia do Patrimônio Documental do

Estado do Rio de Janeiro (1997) e ao Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense (2013).

A partir destes dois momentos de identificação das instituições arquivísticas municipais, foi possível observar o Estado do Rio de Janeiro possui dez arquivos públicos municipais, dentre os quais nove foram selecionados para análise in loco. Apesar da existência de arquivo municipal em Magé, não localizamos os contatos da instituição e por isso não foi possível selecioná-lo para a análise in loco. Os contatos com o Arquivo de Piraí foram obtidos por meio da resposta do e-SIC. O quadro 3, a seguir, dispõe os arquivos identificados e selecionados para análise in loco, assim como seus respectivos endereços, contatos e websites.

Quadro 3 – Arquivos públicos municipais selecionados para análise in loco após os resultados do processo de identificação (continua)

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO	WEBSITE/ REDE SOCIAL
Rio de Janeiro	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	Rua Amoroso Lima, 15 Cidade Nova – Rio de Janeiro - R CEP: 20211-120	Telefones: (21) 2273314 22732156 E-mail: arquivogeral@rio.rj.gov.br	http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/principal
Campos dos Goytacazes	Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	Endereço Solar do Colégio Estrada Sérgio Viana Barroso nº 3060, Campos dos Goytacazes – RJ CEP: 28110-000	Telefone: (22) 2733-9999 E-mail: cfreitas@uenf.br / arquivodecampos@arquivodecampos.org.br	https://pt-br.facebook.com/apmwp/
Petrópolis	Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral (Arquivo Histórico de Petrópolis)	Praça Visconde de Mauá, nº 305 – Centro – Petrópolis – RJ CEP: 25685-380	Telefone: (24) 22331228 / 12261227 E-mail: biblioteca@petropolis.gov.br	https://www.petropolis.rj.gov.br/see/index.php/informativos-culturais/98-bibliotecas-publicas/367-biblioteca-central-municipal-gabriela-mistral.html https://www.facebook.com/ArquivoHistoricodePetrópolis/

Quadro 3 – Arquivos públicos municipais selecionados para análise in loco após os resultados do processo de identificação (conclusão)

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO	WEBSITE/ REDE SOCIAL
Macaé	Arquivo Geral da Câmara Municipal de Macaé	Rua Dr. Télió Barreto, 566 – Centro, Macaé – RJ CEP: 27910-060	Telefone: (22) 3311-4100	Não localizado
Nova Friburgo	Fundação D. João VI de Nova Friburgo – Arquivo Pró-Memória	Praça Getúlio Vargas, 71 – Solar do Barão – Centro – Nova Friburgo, RJ CEP: 28610-175	Telefone: (21) 25331359 E-mail: admin@djoaovi.com	https://www.djoaovi.com/
Maricá	Arquivo Público e Municipal de Maricá	Rodoviária Amaral Peixoto, LT 27 – Loteamento Jardim Vera Cruz – Maricá – RJ CEP: 24900065	Telefone: (21) 26372052 – Ramal: 317 E-mail: arquivomunicipalmarica@gmail.com	Não localizado
Resende	Arquivo Histórico Municipal de Resende	Rua Juca de Mattos, Alto dos Passos, Resende – RJ CEP: 27511-172	Telefone: (34) 33601120	Não localizado
Valença	Arquivo Público e Histórico de Valença	Rua Dr. Figueiredo, 320, Centro, Valença – RJ CEP: 27600-000	Telefone: (24) 2453319 E-mail: arquivo@valenca.rg.gov.br	Não localizado
Piraí	Arquivo Histórico de Piraí	Rua Bulhões Carvalho, 16 – Casa Amarela, Piraí, RJ CEP: 27185000	Telefone: (24) 24319981 Ramal 9920.	Não localizado

Fonte: elaborado pela autora, a partir de CODEARQ, DIBRARQ, Google e e-SIC.

Após a identificação da localização das nove instituições, foram visitados sete arquivos, nesta ordem: Petrópolis, Maricá, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Macaé, Nova Friburgo, Maricá, Macaé, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Valença e Nova Friburgo. O Arquivo da cidade de Piraí foi visitado em horário comercial, porém não havia ninguém na instituição para que fosse possível realizar a visita. Foram feitas diversas tentativas de contato sem sucesso com o Arquivo da cidade de Resende. Nas subseções a seguir, estão disponibilizados os resultados das visitas técnicas aos arquivos de cada cidade.

3.2 Petrópolis

De acordo com o IBGE (2023), Petrópolis é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que ocupa uma área de 791,144 km² e possui uma população estimada de 307.144 habitantes. A cidade se encontra na Serra da Estrela, cuja localização era praticamente desconhecida pelos colonizadores portugueses nos primeiros 200 anos de colonização. Até o século XVIII, a região era habitada pelas comunidades indígenas denominadas pelos portugueses como “Coroados”. Somente após a descoberta de ouro em Minas Gerais e a consequente abertura em 1704 de um Caminho Novo para as minas, que passava pelo local aonde hoje é a cidade de Petrópolis, é que a região passou a ser habitada por não indígenas.

Em 1822, de passagem pelo caminho do ouro, o imperador Dom Pedro I se hospedou na fazenda do Padre Correia e se encantou pela região. Interessado em adquirir a propriedade para o seu uso e construir um palácio, adquiriu algumas propriedades na região, que foram passadas pelo seu filho Dom Pedro II. Em 16 de março de 1843, Dom Pedro II assinou o decreto imperial que determinava a construção do palácio e a urbanização de uma Vila Imperial com Quarteirões Imperiais, dentre outras determinações. Em meados do século XIX, os imigrantes alemães começaram a chegar à cidade e, futuramente, imigrantes de outras nacionalidades também se instalaram no local. O município é constituído pelos distritos de Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e Posse. (IBGE, 2023).

Apesar de sua relevância política, social e histórica, a cidade não possui um arquivo público municipal formalmente institucionalizado. De acordo com o DIBRARQ (2023), o Arquivo Histórico de Petrópolis é um setor da Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral que está subordinada à Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis. O Arquivo tem como objetivo “salvaguardar todos os documentos provenientes do Arquivo Administrativo julgados pertinentes a encaminhamentos de processos administrativos da Prefeitura, bem como aos registros históricos da cidade”. O acervo possui 700 mil documentos compostos por certidões de óbitos, livros de sepulturas, livros de averbações de imposto predial e territorial, requerimentos e fotografias.

Em 19 de abril de 2023, foi realizada a visita técnica às instalações do Arquivo Histórico de Petrópolis, localizado em um prédio da Prefeitura, dentro das instalações da biblioteca pública municipal. A visita foi agendada por meio do e-mail da Biblioteca. O atendimento presencial foi dado por uma arquivista, que explicou a história, a situação do acervo, os instrumentos de pesquisa e os atendimentos prestados aos cidadãos.

Foram observados seis instrumentos de pesquisa, todos sem padrão de descrição arquivística e elaborados por diferentes profissionais, conforme o quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo Histórico de Petrópolis

NOME	TIPO DE INSTRUMENTO	OBSERVAÇÕES
Fichas de processo	Fichas	Possui 3 campos de descrição. Fichas manuscritas e arquivadas em gaveteiros por ordem alfabética, por número e ano. Instrumento mais utilizado pelo Arquivo.
Biblioteca On-line	Base de dados	Possui 6 campos de descrição. Na base de dados encontra-se o acervo bibliográfico cadastrado a partir de 1992, isto representa em 95.000 volumes, dentre livros, artigos de periódicos, vídeos e outros materiais.
Planilha Excel		Dados não informados.
Índice dos assuntos dos fichários	Índice	Lista por ordem alfabética do conteúdo de cada gaveteiro. Documento disponível na sala de consulta do Arquivo.

Fonte: elaborado pela autora.

As fichas, principais instrumentos utilizados pelo Arquivo, não possuem padrão de descrição arquivística. O Sistema da Biblioteca é alimentado pela bibliotecária do setor e é acessível para todos os cidadãos via página web. Ele permite a busca pelos volumes da Biblioteca e do Arquivo. Foram localizados 12 documentos que estão sob a guarda do Arquivo Histórico, todos se tratam de periódicos, descritos conforme a tabela acima e com fotografias anexadas aos registros.

Dentre os instrumentos de pesquisa encontrados no Arquivo, apenas os índices são previstos na literatura arquivística. Os índices têm como objetivo a rápida localização das unidades documentais. A sua forma mais comum é a sua integração dentro de outros instrumentos de pesquisa (LOPEZ, 2002). Neste caso específico, este índice estava disposto em cima da mesa da sala de consulta do Arquivo, objetivando a rápida localização dos documentos dispostos dentro dos gaveteiros e facilitando as consultas dos usuários internos e externos do setor.

Do ponto vista dos funcionários do Arquivo, os livros de impostos da Secretaria da Fazenda e o Sistema de Protocolo da Prefeitura são entendidos como recursos de recuperação da informação sobre os acervos permanentes, porém não foram considerados como instrumentos de pesquisas no âmbito do presente trabalho de conclusão de curso.

A principal atividade do Arquivo é o atendimento externo ao cidadão. A maior parte dos usuários que consultam os acervos da instituição é o cidadão comum e estudantes de história e arquitetura. Tendo em vista que a cidade foi colonizada por cidadãos europeus, o acervo dos cemitérios é o mais consultado para pesquisa genealógica e para emissão de dupla cidadania. O acervo de obras é o segundo mais consultado.

O Arquivo não possui website e possibilita consultas presenciais aos usuários, agendadas por meio de e-mail, telefone ou WhatsApp. O Instagram da Biblioteca e do Arquivo é utilizado como estratégia de divulgação do acervo de ambos. Até o momento, peças de teatro e visitas escolares foram os meios utilizados também para divulgação da instituição.

Não há estudos de usuários no Arquivo, há apenas um relatório de consultas realizado anualmente. Em 2022, o Arquivo Histórico de Petrópolis recebeu 283 pesquisas. A acessibilidade para pessoas com deficiência não foi totalmente implantada no local, que conta com apenas uma rampa de acesso.

Apesar de desempenhar uma função importante para os cidadãos ao prestar o serviço de atendimento aos usuários, possibilitando, em sua maioria, acesso a documentos que viabilizam pesquisas genealógicas e emissões de dupla cidadania, bem como documentos para obras da cidade, o Arquivo apresenta problemas estruturais, como ser apenas um setor de uma biblioteca, possuir um corpo técnico de apenas três funcionários e instalações fora do padrão arquivístico ideal, bem como apresenta problemas de acondicionamento dos documentos.

A realidade dos instrumentos de pesquisa utilizados também se encontra distante da apresentada na teoria arquivística. Os instrumentos de pesquisa não possuem um padrão de descrição arquivística, bem como não existe uma base de dados única e própria para consulta ao acervo permanente da instituição. Os instrumentos de pesquisa em suporte de papel e a planilha foram elaborados de acordo com as necessidades e, especialmente, com as possibilidades dos profissionais do Arquivo. Por outro lado, o índice, único instrumento previsto pela literatura, atende as especificações previstas na mesma. A seguir, o quadro 5 com os dados observados, de acordo com o roteiro de visita elaborado previamente:

Quadro 5 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Histórico de Petrópolis

ACERVO	PROFISSIONAIS	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	BASES DE DADOS	CONTATOS
753,23 metros lineares	3	Fichas, 1 planilha em formato Excel e 1 índice	Sistema da Biblioteca	E-mail, telefone, rede social e atendimento presencial

Fonte: elaborado pela autora.

3.3 Maricá

De acordo com o IBGE (2023), Maricá é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que ocupa uma área de 361,572 km² e possui uma população estimada de 167.668 habitantes. Segundo informações da Prefeitura de Maricá (2023), no século XVI, a colônia de

Maricá começou a ser povoada e foi dividida em sesmarias, devido à necessidade da Coroa Portuguesa de defender o litoral dos corsários franceses. O primeiro centro efetivo da população foi fundado por monges beneditinos em 1635. Em 1814, ano considerado como o da fundação da cidade, a região começou a ser chamada de Vila de Santa Maria de Maricá e em 1889 a vila foi elevada à categoria de cidade. O município atualmente é constituído dos distritos: Maricá, Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu.

De acordo com o DIBRARQ (2023), o Arquivo Público Municipal de Maricá foi criado através do Decreto Nº 205/2018, e desenvolve ações de gestão documental para assegurar a conservação e a preservação dos documentos, bem como garantir acesso à informação. Armazena documentos produzidos pelo Poder Executivo Municipal datados de 1950 até os dias atuais.

O primeiro contato com a instituição foi feito por e-mail próprio do Arquivo e na ausência de uma resposta, o contato foi feito diretamente uma funcionária do Arquivo, via WhatsApp, que prontamente agendou a visita ao local. Em 24 de abril de 2023, a visita foi iniciada nas instalações da Prefeitura de Maricá, juntamente com a presença da Secretária de Administração, ao qual o Arquivo está ligado, aonde recebemos informações sobre a história do Arquivo e do acervo. Após isso, fomos direcionados a outro prédio onde o Arquivo está localizado.

Segundo dados fornecidos na visita técnica ao Arquivo, o acervo possui um quilômetro linear e 10.500 caixas-arquivo de aproximadamente 30 órgãos, extintos e não extintos. Apesar de ter uma comissão permanente de avaliação, as tabelas de temporalidade de atividades meio e fim ainda não foram publicadas. O Arquivo não possui um acervo permanente formalmente institucionalizado, pois ainda não foram feitas avaliações no acervo e a instituição até o momento recebeu apenas transferências. A análise dos instrumentos de pesquisa neste caso se deu sob uma perspectiva diferenciada. A teoria arquivística nos ensina que os instrumentos de pesquisa são próprios dos arquivos permanentes, portanto, este diagnóstico não se efetivaria neste local. Entretanto, foram analisados os recursos de acesso à informação utilizada para pesquisa à massa documental da instituição, pois os profissionais do Arquivo sabem da existência de documentos considerados de caráter permanente no acervo.

Os instrumentos de pesquisa disponíveis para a consulta são: aproximadamente 40 planilhas em formato Excel, pois há pelo menos uma para cada fundo e uma planilha unificada que contém todas as informações das outras planilhas.

A planilha unificada, considerado como o instrumento de pesquisa mais utilizado no setor, possui informações como a identificação, localização, ano e campo de observações, sem

um padrão de descrição arquivística. Dentre as 40 planilhas, cada um referente a uma secretaria, a mais utilizada é da Secretaria de Planejamento. A equipe é composta por 11 profissionais, dentre os quais dois são arquivistas e os demais de nível superior e médio, e todos elaboram e alimentam as planilhas.

O Arquivo não possui Website próprio e não recebe pesquisas direto do cidadão, pois o mesmo solicita pesquisa por meio do sistema da Prefeitura. Os usuários internos de dentro a Prefeitura também solicitam pesquisas ao Arquivo, que recebe em média 15 solicitações diariamente.

Em suma, apesar não possuir um arquivo permanente formalmente institucionalizado no Arquivo, a visita técnica permitiu verificar as planilhas Excel e as condições de acesso ao Arquivo. A instituição, formalizada em 2018, ainda está em crescimento e possui um corpo técnico grande e em constante capacitação profissional para atender às demandas de tratamento da documentação da cidade. O quadro 6 dispõe os dados observados, de acordo com o roteiro de visitação elaborado previamente:

Quadro 6 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Público Municipal de Maricá

ACERVO	PROFISSIONAIS	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	BASES DE DADOS	CONTATOS
1 km linear	11	41 planilhas em formato Excel	Nenhuma	E-mail e telefone

Fonte: elaborado pela autora.

3.4 Macaé

De acordo com o IBGE (2023), Macaé é um município do Norte Fluminense do Rio de Janeiro que ocupa uma área de 1.216,989 km² e possui uma população estimada de 266.136 habitantes.

A cidade foi fundada no século XVII, porém somente em 1813 que o povoado tornou-se Vila de São João de Macaé e em 25/01/1814 Macaé tornou-se município. O crescimento da produção dos engenhos de açúcar propiciou a construção do canal Campos-Macaé, utilizando como porto marítimo a enseada de Imbetiba, surgindo assim um importante porto para a economia fluminense. A construção da linha férrea também trouxe impulso para o crescimento da região, bem como a descoberta de petróleo na região no século XX. O município é constituído de seis distritos: Macaé, Cachoeiros, Córrego do Ouro, Frade, Glicério e Sana.

O Arquivo da Câmara de Macaé foi identificado e escolhido após os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa. Neste caso específico, ele estava cadastrado no CODEARQ e no DIBRARQ. Durante a visita técnica ao Arquivo da Câmara, foi informado sobre a existência de um arquivo municipal na cidade, porém devido ao cronograma da pesquisa, não foi possível encaixar uma visita técnica ao arquivo municipal. Segundo o DIBRARQ (2023), o Arquivo da Câmara armazena documentos permanentes importantes para a história do município. Ele é composto de documentos legislativos, contábeis, administrativos e históricos.

O primeiro contato com o arquivo foi feito por e-mail, mas na ausência de respostas, foi localizado o contato de uma profissional do Arquivo que prontamente auxiliou na visita. Em 22 de maio de 2023, a visita técnica ao Arquivo foi realizada. Ele está localizado dentro da Câmara Municipal de Macaé, que conta com uma estrutura para divulgação do acervo, porém estas atividades não estavam sendo praticadas no momento da visita.

A equipe é composta por quatro profissionais, sendo um arquivista. O plano de classificação e a tabela de temporalidade do Arquivo ainda estão em fase de aprovação, porém os profissionais do Arquivo alimentam uma planilha atualmente para consultar o acervo. A equipe também conta com oito planilhas em formato Excel que não são mais alimentadas, um GED elaborado para as necessidades do acervo, mas que se encontra obsoleto por falta de atualização do software e o SAPL para consulta ao acervo. Todos os instrumentos utilizados são alimentados pelos profissionais do Arquivo, dos quais apenas um é arquivista.

Os atendimentos do arquivo são feitos para os usuários internos da Prefeitura e eventualmente para usuários externos que fazem pesquisas históricas. Os profissionais do Arquivo não tinham informações quanto ao tamanho do acervo em metros lineares. Não são realizados estudos de usuários, bem como não há nenhuma estratégia de divulgação do acervo que tenham sido implantadas até o momento. Os contatos com a instituição se fazem por meio de e-mail e atendimento presencial. Em suma, o Arquivo não possui instrumentos de pesquisa de acordo com as orientações da literatura arquivística. O quadro 7, a seguir, reúne as informações coletadas na análise in loco.

Quadro 7 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo da Câmara Municipal de Macaé

ACERVO	PROFISSIONAIS	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	BASES DE DADOS	CONTATOS
Não informado	4	9 Planilhas Excel	GED e SAPL	E-mail e atendimento presencial

Fonte: elaborado pela autora.

3.5 Campos dos Goytacazes

Segundo com o IBGE (2023), Campos dos Goytacazes é um município do Norte Fluminense do Rio de Janeiro que ocupa uma área de 4.032,487 km² e possui uma população estimada de 514.643 habitantes. Com a área mais vasta do Estado do Rio de Janeiro, a região era habitada pelos povos indígenas Goytacazes.

Segundo informações da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes (2014), o município foi fundado em 28 de março de 1835, porém em 1627 a colonização portuguesa foi iniciada na região e em 1650 o primeiro engenho foi instalado, quando ocorre uma grande expansão pecuária.

A introdução do primeiro engenho a vapor na região, em 1830, trouxe grande transformação no processo de produção de açúcar. E o aparecimento da ferrovia, em 1837, com a inauguração do trecho Campos-Goitacazes; e posteriormente em direção ao trecho Norte-Sul, facilitou a circulação, transformando o município em centro ferroviário da região. (Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, 2014)

De acordo com o IBGE (2023), o descobrimento de petróleo e gás na plataforma continental da Bacia de Campos propiciou o aumento da receita do município devido ao recebimento de royalties do petróleo. Ele é dividido em 14 distritos: Campos de Goytacazes, Dolores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Côco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos.

De acordo com o DIBRARQ (2023), o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes foi criado pela Lei N^o 7060, de 18 de maio de 2001, e inaugurado em 28 de março de 2002, por meio de um projeto elaborado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, supervisionado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ e com o apoio da FENORTE. O Arquivo está vinculado à Prefeitura do município de Campos e a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, armazenando documentos de caráter permanente do Poder Executivo Municipal, bem como documentação cartorária e da Câmara Municipal.

O agendamento da visita técnica ao Arquivo, realizada em 22 de maio de 2023, foi realizado via e-mail. Neste caso, o roteiro de visita com as perguntas também foi enviado por e-mail e respondido pelos profissionais do Arquivo, pois a visita seria rápida devido ao curto tempo disponível na cidade. No Arquivo, uma instalação jesuítica do século XVII, o atendimento foi dado por uma historiadora que contou sobre a história do município, do Arquivo e mostrou as instalações do mesmo.

Os instrumentos de pesquisa do Arquivo não foram mostrados no momento da visita presencial. Eles foram descritos e informados em três momentos diferentes via e-mail: no primeiro momento, antes da visita presencial, o roteiro de visita foi enviado ao Arquivo para preenchimento, tendo em vista o pouco tempo disponível para visita. Nesta etapa, foi informado que a instituição dispõe de cinco instrumentos de pesquisa, são eles: inventário da Coleção de Jornais Campistas, inventário do Acervo Cartorário (inventários e testamentos), Inventário dos Documentos do Comércio de Campos, índice do Fundo Evaristo da Penha e índice do Fundo Oswaldo Cardoso de Melo.

No segundo momento, após a visita, o Arquivo enviou por e-mail seis instrumentos de pesquisa no formato PDF, são eles: o inventário da Coleção de Jornais Campistas, o inventário do fundo “Irmandades”, o inventário do fundo “Nobreza Campista”, o inventário do acervo cartorário, o inventário dos livros históricos da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes e um inventário do acervo cartorário.

No terceiro momento, um pouco mais de um mês após a visita, foi enviado por e-mail um link de um website que dá acesso a sete instrumentos de pesquisa, sendo eles os inventários e listas disponíveis para os pesquisadores do acervo. Alguns documentos disponíveis neste link já haviam sido enviados por e-mail e outros não. No link, estão os instrumentos de pesquisa referentes aos: Acervo Cartorário, Administração Pública – Câmara Municipal, Fundo Irmandades, Fundo Nobreza Campista, Jornais e Periódicos, com os mesmos documentos que haviam sido enviados por e-mail no segundo momento, o Acervo Particular Godofredo Tinoco e o Fundo Freguesias, que não haviam sido enviados antes. Desta forma, observamos que, conforme informações dadas pelo Arquivo, o seu acervo é constituído pelos instrumentos dispostos conforme o quadro 8, a seguir:

Quadro 8 – Instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (continua)

NOME	TIPO DE INSTRUMENTO	OBSERVAÇÕES
Acervo Cartorário	Inventário	Possui 6 campos de descrição.
Administração pública – Câmara Municipal	Inventário	Possui 7 campos de descrição.
Freguesias	Inventário	Possui 7 campos de descrição.

Quadro 8 – Instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (conclusão)

NOME	TIPO DE INSTRUMENTO	OBSERVAÇÕES
Irmandades	Inventário	Possui 5 campos de descrição.
Nobreza Campista	Inventário	Possui 5 campos de descrição.
Coleção de Jornais Campistas/Jornais e periódicos	Inventário	4 campos de descrição. É o instrumento mais utilizado pelo Arquivo. Possui um índice com os nomes de cada jornal e a página.
Acervo Particular Godofredo Tinoco	Inventário	Descrição de acordo com a NOBRADE.
Comércio de Campos	Inventário analítico	Descrição do fundo e das séries de acordo com a NOBRADE.
Arquivo Cardoso de Melo	Inventário analítico	Descrição do fundo e das séries de acordo com a NOBRADE.
Evaristo da Penha	Índice	Possui 4 campos de descrição.
Relação do 2º ofício	Listagem	Possui 5 campos de descrição. Listagem de livros produzidos pelo cartório da região, disponibilizada aos usuários, contendo informações básicas para identificação.

Fonte: elaborado pela autora.

Os inventários, instrumentos denominados desta maneira pelo próprio Arquivo, sejam eles intitulados apenas “inventários” ou “inventários analíticos”, constituem a maior parte dos instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo de Campos. Conforme cita Lopez (2002), os inventários objetivam descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume, datas-limite e critérios de classificação e ordenação. Totalizando nove inventários, dois índices e uma listagem disponíveis para consulta, o Arquivo de Campos se destaca pela quantidade de instrumentos de pesquisa disponíveis, porém todos eles sete ou menos campos de descrição.

O quadro abaixo demonstra a comparação entre os elementos que costumam integrar os inventários, de acordo com as especificações dadas por Lopez (2002), e os campos de descrição dispostos em oito dos nove inventários, analíticos ou não. O inventário do Fundo Godofredo Tinoco não foi inserido no quadro, pois ele apresenta elementos apenas de descrição de acordo com a NOBRADE (2006). Lopez (2002) menciona que atualmente a denominação de inventário analítico é catálogo, porém os inventários analíticos identificados na instituição apresentam as características que o autor descreve como as dos inventários, portanto, esses instrumentos foram inseridos conforme o quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Quadro comparativo entre os elementos de um inventário, de acordo com Lopez (2002), e os inventários do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (conclusão)

Elementos dos inventários, segundo Lopez (2002)		Instrumento de pesquisa							
		Inventários					Inventários analíticos		
		Acervo Cartorário	Administração pública - Câmara Municipal	Fundo Freguesias	Fundo Irmandades	Fundo Nobreza Campista	Jornais e Periódicos	Comércio de Campos	Arquivo Cardoso de Mello
Introdução	Condições de acesso	×	×	×	×	×	×	✓	✓
	Condições de reprodutibilidade	×	×	×	×	×	×	×	×
	Instrumentos de pesquisa	×	×	×	×	×	×	×	×
	Situação no plano de classificação	×	×	×	×	×	×	✓	✓
Referências constitutivas	Nome da série e explicação da sua caracterização	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Datas-limite	×	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Quantidade de documentos	×	✓	×	×	×	✓	✓	✓
	Notação ou localização	✓	×	✓	✓	✓	×	✓	✓
	Forma de ordenação dos documentos	×	×	×	×	×	×	×	×
Existem outros campos além dos previstos por Lopez (2002)?		✓	✓	×	✓	✓	✓	✓	×

Fonte: elaborado pela autora, de acordo com Lopez (2002).

É possível observar que a maior parte dos elementos de introdução de um inventário não foram preenchidos na maioria dos instrumentos analisados, e que dos cinco campos de referências constitutivas, três são preenchidos na maioria dos instrumentos, como nome da série e explicação da sua caracterização, datas limite e notação ou localização. Os inventários

analíticos do Comércio de Campos e do Arquivo Cardoso de Melo são os instrumentos com mais campos de descrição, conforme especificação da literatura arquivística.

Dentre os oito inventários observados, o do Fundo do Acervo Particular Godofredo Tinoco e do Fundo do Arquivo Cardoso de Melo são os únicos que possuem campos de descrição de acordo com os critérios da NOBRADE (2006). Sendo o primeiro o único a ter apenas os campos da NOBRADE (2006). O quadro 10, a seguir, demonstra quais campos da Norma foram preenchidos nestes instrumentos de pesquisa:

Quadro 10 – Quadro comparativo entre as áreas e campos da NOBRADE (2006) e os inventários do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (continua)

Áreas e campos da NOBRADE (2006) * campo obrigatório		Instrumento de pesquisa	
		Arquivo Cardoso de Melo	Acervo Particular Godofredo Tinoco
Área de identificação	Código de referência*	✓	✓
	Título*	✓	✓
	Data (s)*	✓	✓
	Nível de descrição*	✓	✓
	Dimensão e suporte*	✓	✓
Área de contextualização	Nome (s) do produtor (es)*	✓	✓
	História administrativa/ biografia	✓	✗
	História arquivística	✓	✗
	Procedência	✓	✗
Área de conteúdo e estrutura	Âmbito e conteúdo	✓	✓
	Avaliação, eliminação e temporalidade	✗	✗
	Incorporações	✗	✗
	Sistema de arranjo	✓	✗
Área de condições de acesso e uso	Condições de acesso*	✓	✗
	Condições de reprodução	✗	✗
	Idioma	✓	✗
	Características físicas e requisitos técnicos	✓	✗
	Instrumentos de pesquisa	✗	✗

Quadro 10 – Quadro comparativo entre as áreas e campos da NOBRADE (2006) e os inventários do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (conclusão)

Áreas e campos da NOBRADE (2006) * campo obrigatório		Instrumento de pesquisa	
		Arquivo Cardoso de Melo	Acervo Particular Godofredo Tinoco
Área de fontes relacionadas	Existência e localização de cópias	×	×
	Unidades de descrição relacionadas	×	×
	Nota sobre publicação	×	×
Área de notas	Notas sobre conservação	×	×
	Notas gerais	×	✓
Área de controle da descrição	Nota do arquivista	✓	×
	Regras ou convenções	×	×
	Data(s) da(s) descrição(ões)	✓	×
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	Pontos de acesso e indexação de assuntos	×	×

Fonte: NOBRADE (2006).

É possível observar que todos os campos obrigatórios da NOBRADE (2006) foram preenchidos em ambos os inventários. O inventário do Arquivo Cardoso de Melo teve 16 campos preenchidos, quanto o Arquivo Godofredo Tinoco teve apenas oito campos preenchidos.

É importante destacar que o formulário enviado por e-mail ao Arquivo foi respondido com a seguinte observação: “Além dos instrumentos de pesquisa há algumas listas disponíveis de acervos que ainda estão sendo tratados. A depender do estado de conservação dos mesmos, eles são ou não disponibilizados para pesquisa.”. O inventário da Coleção de Jornais Campistas é o instrumento de pesquisa mais utilizado, bem como a Coleção de Jornais é o acervo mais consultado. Os funcionários do setor de Arquivo Permanente são os responsáveis por alimentar e elaborar os instrumentos. Eles possuem formação em nível superior em outras áreas.

O Arquivo recebe um grande contingente de professores e funcionários públicos em busca de documentação comprobatória, bem como pesquisadores de graduação em História, Geografia, Serviço Social e pesquisadores de genealogia. A instituição não possui estudos de usuários e também não possui nenhum tipo de acessibilidade para pessoas com deficiência.

A instituição faz uso de meios de divulgação como matérias no site oficial da Prefeitura e em outros órgãos de imprensa, além de postagens em redes sociais que dão destaque aos acervos custodiados pelo Arquivo, organização de exposições com o acervo, cursos, palestras

e eventos acadêmicos que tem como objeto estudos desenvolvimentos no acervo.

Em suma, a instituição se destaca pela quantidade de instrumentos de pesquisa disponíveis para consulta aos usuários, sendo eles disponíveis de maneira online. Dos onze instrumentos, dois possuem campos padronizados pelas normas de descrição arquivística e dois inventários analíticos são os mais completos, de acordo com as especificações da literatura. Os demais inventários apresentam poucos campos de descrição, pois não são denominados como inventários analíticos. Não é possível determinar em que medida estes instrumentos estão realmente refletindo o contexto e os documentos descritos, porém é possível observar a preocupação de acesso aos documentos custodiados pela instituição, pois eles encontram-se disponíveis online.

Por meio da visita presencial foi possível observar e analisar as estratégias de promoção de acesso ao Arquivo, que conta com uma estrutura que não é adequada para pessoas com deficiência, mas é uma instituição de grande porte, com poucos funcionários, mas que promove divulgações, visitas e participações em eventos acadêmicos. O quadro 11, a seguir, reúne os resultados observados na análise in loco ao Arquivo:

Quadro 11 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes

ACERVO	PROFISSIONAIS	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	BASES DE DADOS	CONTATOS
600 metros lineares	4	9 inventários, 1 índice e 1 listagem	Nenhuma	E-mail, telefone, Whastapp, rede social e atendimento presencial

Fonte: elaborado pela autora.

3.6 Rio de Janeiro

De acordo com o IBGE (2023), a cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, tem uma população estimada de 6.775.561 de pessoas e ocupa uma área de 1.200,329 km². O município tem a sua fundação datada de 01/03/1565.

Em 1530 iniciou-se a colonização portuguesa na área aonde hoje encontra-se a cidade, que se desenvolveu como um importante porto. Em 1763, com o descobrimento do ouro em Minas Gerais, a capital da colônia foi transferida para o Rio de Janeiro. Em 1808, a família real portuguesa escolheu a cidade como destino e em 1822, com a independência do país e seu retorno à Portugal, as minas de ouro deram lugar à outra riqueza: o café (IBGE, 2023).

O desenvolvimento da cidade continuou no século XIX. Após a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889, a cidade, então chamada de Distrito Federal, continuou sendo o centro político e a capital do país. Em 1960, a capital da República foi transferida para Brasília e em 1974 o município do Rio de Janeiro passou a ser capital do Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2023).

Segundo o DIBRARQ (2023), a origem do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro está na constituição do Arquivo da Câmara Municipal em 1567, época da refundação da cidade por Mem de Sá. Este arquivo objetivava guardar a documentação gerada e acumulada pela Câmara, que desempenhava funções legislativas e executivas. Em 5 de agosto de 1893, pelo Decreto Nº 44, sua denominação foi alterada para Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal, assumindo a competência de gerir e preservar a documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos e repartições do Poder Executivo municipal. Posteriormente, o Arquivo foi rebaixado na escala administrativa e passou por mudanças de denominação, subordinação e localização.

No final da segunda década do século XX, o Arquivo foi reorganizado como repartição independente e passou a custodiar uma maior quantidade de documentos devido à expansão da cidade e ao surgimento de novas espécies documentais, como as fotografias. O Decreto Nº 2053, de 6 de março de 1979, restabeleceu a denominação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que se manteve subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação. A Lei Nº 3404, de 05 de junho de 2002, determinou que órgão se tornasse o gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade. A partir do Decreto Nº 22615, que regulamenta a Lei Nº 3404, suas competências de elaborar, implantar e acompanhar a execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, no âmbito do Poder Executivo do município, e de fazer a gestão de documentos dos órgãos e entidades da administração pública municipal, foram ratificadas. Pelo Decreto Nº 22614, de 30 de janeiro de 2003, o Arquivo foi transferido para o Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura (DIBRARQ, 2023).

Seu acervo é composto por documentos textuais, iconográficos, cartográficos e audiovisuais. Os documentos textuais, manuscritos e impressos, possuem data limite de 1565 a 1985 e 4000 metros lineares. O acervo iconográfico, composto por 45000 unidades originais, em positivo ou negativo, em vidro ou celulosa, é datado de 1865 a 1987. O acervo cartográfico é composto por 3600 unidades datadas de 1790 a 1977. O acervo audiovisual ultrapassa 2200 unidades, datadas de 1950 a 2000 (DIBRARQ, 2023).

A visita técnica ao Arquivo foi solicitada por meio do e-mail oficial da instituição. Foi informado que todos os instrumentos de pesquisa e o banco de dados, o Arquivo Virtual, estão disponíveis no site da instituição. Entretanto, a visita presencial, que ocorreu em 03 de maio de 2023, foi agendada objetivando compreender o contexto de criação dos instrumentos e se haviam outros instrumentos não disponíveis no site.

Os cinco índices de documentação textual, quatro inventários analíticos, 19 catálogos das coleções particulares, sete inventários sumários das séries do Fundo Rioarte e a base de dados Arquivo Virtual são os instrumentos de pesquisa disponíveis para a consulta. Há também dois instrumentos de pesquisa das coleções particulares Chagas Freitas e Werneck da Silva que não se encontram disponíveis no site, 28 documentos do Acervo Sonoro e Audiovisual e os 27 documentos coleção particular Pedro Lima que não foram identificados.

No quadro 12, a seguir, constam as informações sobre os instrumentos de pesquisa analisados. Os inventários e catálogos que estão agrupados foram assim distribuídos devido às características iguais dentre eles. Os tipos de instrumentos foram nomeados pelo Arquivo.

Quadro 12 – Instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (continua)

NOME	TIPO DE INSTRUMENTO	OBSERVAÇÕES
Documentação textual: Índices volume 1, índice volume 2, índice volume 3 e índice volume 4	Índice	Possui 2 campos de descrição. Se tratam de 4 PDFs disponíveis online referentes ao acervo sob guarda definitiva do Arquivo.
Documentação textual - Aforamentos	Índice	Possui 2 campos de descrição. Se trata de 1 PDF disponível no índice de documentação textual.
Série Escravidão	Inventário analítico	Descrição de acordo com a NOBRADE.
Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário	Inventário analítico	Descrição de acordo com a NOBRADE.
Série Família Real e Imperial e Série Associações e Sociedades	Inventário analítico	Descrição de acordo com a NOBRADE. Os inventários das duas séries encontram-se no mesmo documento. Não fica claro se as duas séries pertencem ao mesmo fundo “Câmara Municipal”, como é o caso da série Associações, que claramente pertence a este fundo.
Série Independência	Inventário analítico	Descrição de acordo com a NOBRADE.
Fundo RioArte	Inventários sumários	Descrição de acordo com a NOBRADE. Se tratam de 7 inventários sumários do fundo.

Quadro 12 – Instrumentos de pesquisa disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (conclusão)

NOME	TIPO DE INSTRUMENTO	OBSERVAÇÕES
Coleção particular Alberto Lima, Emanuel Carneiro Leão, Ely Azeredo, Manoel Maurício de Albuquerque, José de Oliveira Reis, Francisco Pereira Passos, Raul Cardoso, Saldanha Marinho, Zulmira Feital	Catálogos	Possui 4 campos de descrição.
Coleção particular Carlos Lacerda, Evaldo Campos, Ferreira da Rosa, Francisco Duarte, Gastão Lamounier, Lucilio Albuquerque, Restier Gonçalves, Samuel Malamud, Mário da Veiga Cabral	Catálogos	Descrição de acordo com a NOBRADE.
Coleção particular Haroldo Barbosa	Catálogo	Descrição da coleção com 10 campos de descrição. Descrição das séries com 4 campos de descrição.
Acervo Sonoro e Audiovisual	Não informado	28 documentos em formato PDF do Acervo de Fitas K7, Acervo Magnético/Digital e do Acervo Carlos Lacerda
Coleções particulares Chagas Freitas e Werneck da Silva	Não informado	Instrumento de pesquisa não disponível no site.
Coleção particular Pedro Lima	Não informado	Possui 13 campos de descrição. Tratam-se de 27 dossiês digitalizados em formato PDF com descrições manuscritas digitalizadas (Relação de cartazes de cinema, dossiês de filmes letras A a Z, dossiê de personalidades do mundo do cinema e personalidades A-Y)
Arquivo Virtual	Base de dados	Descrição de acordo com a NOBRADE/ATOM. Abrange a totalidade dos documentos tratados disponíveis.

Fonte: elaborado pela autora, de acordo com o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2023).

De acordo com a revisão de literatura arquivística realizada, a terminologia dos instrumentos de pesquisa se modificou com o tempo, isto é, o inventário sumário, por exemplo, deu lugar ao termo “inventário” e o inventário analítico deu lugar ao “catálogo”. Entretanto, os inventários analíticos observados no Arquivo possuem características diferentes dos catálogos observados, portanto, eles serão avaliados conforme as especificações dadas por Lopez (2002) como inventários.

Os catálogos analisados foram assim denominados pela instituição no momento da visita técnica. Esta nomenclatura não se encontra no documento. Os documentos disponíveis da Coleção particular Pedro Lima fazem uma identificação sumária das unidades documentos, que se tratam de links disponíveis de documentos que foram digitalizados. Os documentos do

Acervo Sonoro e Audiovisual também não possuem uma autodeclaração do tipo de instrumento de pesquisa.

O quadro 13, a seguir, demonstra a comparação entre os elementos de um inventário, de acordo com as especificações dadas por Lopez (2002) e os inventários analíticos e sumários analisados.

Quadro 13 – Quadro comparativo entre os elementos de um inventário, de acordo com Lopez (2002), e os inventários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (continua)

Elementos dos inventários, segundo Lopez (2002)		Instrumento de pesquisa					
		Inventários analíticos					Inventário sumário
		Série Escravidão	Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário	Série Família Real e Imperial	Série Associações e Sociedades	Série Independência	Fundo RioArte
Introdução	Nome do fundo, coleção ou conjunto documental	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Histórico de identificação e trajetória do titular	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Trajectoria do conjunto documental	✓	✓	✓	✗	✓	✓
	Caracterização sumária do perfil do fundo ou coleção	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Tipos documentais mais frequentes	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Documentos complementares	✗	✗	✗	✗	✗	✗
	Condições físicas gerais do acervo	✗	✗	✓	✓	✗	✓
	Estágio atual da organização	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Quantidade aproximada de documentos e datas-limite	✓	✓	✗	✓	✗	✓
	Condições de acesso	✓	✗	✗	✗	✗	✓
	Condições de reprodutibilidade	✓	✓	✗	✗	✗	✓
	Instrumentos de pesquisa	✓	✓	✗	✗	✗	✓
Situação no plano de classificação	✗	✗	✗	✗	✓	✓	

Quadro 13 – Quadro comparativo entre os elementos de um inventário, de acordo com Lopez (2002), e os inventários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (conclusão)

Elementos dos inventários, segundo Lopez (2002)		Instrumento de pesquisa					
		Inventários analíticos					Inventário sumário
		Série Escravidão	Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário	Série Família Real e Imnerial	Série Associações e Sociedades	Série Independência	Fundo RioArte
Referências constitutivas	Nome da série e explicação da sua caracterização	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Datas-limite	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Quantidade de documentos	✓	✓	✓	✓	✓	✗
	Notação ou localização	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Forma de ordenação dos documentos	✓	✓	✓	✓	✓	✗
Existem outros campos além dos previstos por Lopez (2002)?		✓	✓	✗	✗	✗	✓
Existem campos previstos pela NOBRADE (2006)?		✓	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com Lopez (2002).

Dentre os inventários analisados, é possível observar que os cinco primeiros campos correspondentes à introdução de um inventário e as referências constitutivas foram preenchidos na maioria dos instrumentos. Além disso, todos possuem campos de descrição especificados pela NOBRADE (2006).

Os catálogos das coleções particulares foram assim denominados de acordo com as informações fornecidas na visita técnica realizada ao AGCRJ. Segue o quadro 14, a seguir, com a comparação entre as especificações da estrutura de um catálogo e os catálogos disponíveis pelo Arquivo:

Quadro 14 – Quadro comparativo entre os elementos de um catálogo, de acordo com Lopez (2002), e os catálogos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Elementos dos catálogos, segundo Lopez (2002)		Instrumento de pesquisa	
		Coleções particulares de Alberto Lima a Zulmira Feital	Coleção particular Haroldo Barbosa
Introdução	Explicação sobre a importância do catálogo e da descrição individualizada dos documentos em questão	×	×
	Contextualização das séries escolhidas dentro das atividades do titular do fundo	×	✓
	Indicação dos critérios eleitos para a ordenação dos documentos na classificação e na descrição	×	×
Corpo do catálogo	Tipo documental (caso não esteja determinado na série)	✓	✓
	Título do documento	×	✓
	Emissor e destinatário	×	
	Função imediata do documento (objetivo para o qual foi produzido)	×	✓
	Resumo ou descritores do documento	✓	✓
	Datas tópica e cronológica	✓	✓
	Caracteres externos mais relevantes (número de páginas, formato e dimensão)	×	×
	Notação ou localização do documento	✓	✓
Existem outros campos além dos previstos por Lopez (2002)?		×	✓
Existem campos previstos pela NOBRADE (2006)?		×	×

Fonte: elaborado pela autora, de acordo com Lopez (2002).

Todos estes catálogos não possuem campos de descrição especificados pela NOBRADE (2006). Os catálogos das coleções particulares, de Alberto Lima a Zulmira Feital, não fornecem informações de introdução de catálogos, conforme especificado por Lopez (2002), e só preenchem quatro dos oito campos específicos para corpo do catálogo. O catálogo da coleção de Haroldo Barbosa é o mais completo e que preenche o maior número de campos conforme as especificações dadas por Lopez (2002).

Os catálogos das coleções particulares, de Carlos Lacerda a Mário da Veiga Cabral, não foram inseridos nesta análise de catálogos pois eles possuem apenas campos de descrição de acordo com a NOBRADE (2006).

Todos os inventários e os nove catálogos das Coleções particulares de Carlos Lacerda a Mário da Veiga Cabral preenchem campos de NOBRADE (2006) e os campos que foram preenchidos encontram-se dispostos no quadro 15, a seguir:

Quadro 15 – Quadro comparativo entre as áreas e campos da NOBRADE (2006) e os inventários e catálogos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (continua)

Áreas e campos da NOBRADE (2006) * campo obrigatório		Instrumento de pesquisa						
		Inventários						Catálogos
		Série Escravidão	Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário	Série Família Real e Imperial	Série Associações e Sociedades	Série Independência	Fundo RioArte	Coleções particulares de Carlos Lacerda a Mário da Veiga Cabral
Área de identificação	Código de referência*	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
	Título*	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
	Data (s)*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Nível de descrição*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Dimensão e suporte*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Área de contextualização	Nome (s) do produtor (es)*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	História administrativa/biografia	✗	✓	✓	✗	✗	✓	✓
	História arquivística	✗	✓	✗	✗	✗	✗	✓
	Procedência	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Área de conteúdo e estrutura	Âmbito e conteúdo	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Avaliação, eliminação e temporalidade	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✓
	Incorporações	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
	Sistema de arranjo	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Área de condições de acesso e uso	Condições de acesso*	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
	Condições de reprodução	✗	✓	✗	✗	✗	✗	✓
	Idioma	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Características físicas e requisitos técnicos	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
	Instrumentos de pesquisa	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✓

Quadro 15 – Quadro comparativo entre as áreas e campos da NOBRADE (2006) e os inventários e catálogos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (conclusão)

Áreas e campos da NOBRADE (2006) * campo obrigatório		Instrumento de pesquisa						
		Inventários						Catálogos
		Série Escravidão	Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário	Série Família Real e Imperial	Série Associações e Sociedades	Série Independência	Fundo RioArte	Coleções particulares de Carlos Lacerda a Mário da Veiga Cabral
Área de fontes relacionadas	Existência e localização de originais	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✓
	Existência e localização de cópias	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✓
	Unidades de descrição relacionadas	✗	✗	✗	✗	✗	✓	✓
	Nota sobre publicação	✗	✓	✗	✗	✗	✗	✗
Área de notas	Notas sobre conservação	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓
	Notas gerais	✗	✗	✗	✓	✗	✗	✗
Área de controle da descrição	Nota do arquivista	✗	✗	✗	✓	✗	✗	✓
	Regras ou convenções	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Data(s) da(s) descrição(ões)	✓	✗	✓	✓	✓	✗	✓
Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	Pontos de acesso e indexação de assuntos	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: elaborado pela autora, de acordo com a NOBRADE (2006).

Todos os documentos analisados preenchem os campos obrigatórios da NOBRADE (2006), com exceção do Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário. Dentre os sete instrumentos, três não preencheram o campo de história administrativa/biografia e cinco não preencheram informações como a história arquivística. Supõe-se que tal fato ocorreu devido às informações fornecidas na introdução dos inventários e catálogos. A maioria preencheu ao menos 19 campos de descrição, de um total de 28 campos propostos pela NOBRADE (2006).

Após o diagnóstico dos instrumentos, retornamos as observações da visita técnica. De acordo com as informações coletadas na visita técnica, os índices do fundo da Câmara Municipal são os instrumentos de pesquisa mais consultados do acervo, bem como a equipe

técnica, especialmente os estagiários são os responsáveis pela elaboração e alimentação dos instrumentos de pesquisa. O acervo mais consultado é da imigração portuguesa com a finalidade de emissão de cidadania. O perfil dos usuários que mais comumente realizam pesquisas na instituição são os que consultam o acervo histórico para fins de estudos acadêmicos e os que consultam os acervos referentes a licenças de obras.

O Arquivo possui apenas rampa e elevador para promover a acessibilidade ao seu acervo. Não há um estudo de usuários realizado pela instituição, há apenas um relatório interno realizado anualmente que não está disponível para consulta, bem como não há nenhuma avaliação por parte dos usuários quanto ao atendimento e aos instrumentos de pesquisa, somente a ouvidoria da Prefeitura.

Em suma, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro possui o maior quantitativo de instrumentos de pesquisa disponíveis online dentre as demais instituições analisadas, sendo o único a possuir uma base de dados de acordo com as especificações normativas. Todos os inventários e os catálogos das Coleções particulares de Carlos Lacerda a Mário da Veiga Cabral preenchem campos de NOBRADE (2006). Os índices observados também estão de acordo com as orientações da literatura arquivística. Segue o quadro 16, a seguir, com as informações sintéticas da análise realizada após a visita ao Arquivo:

Quadro 16 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

ACERVO	PROFISSIONAIS	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	BASES DE DADOS	CONTATOS
4000 metros lineares	Diversos	5 índices, 4 inventários analíticos, 22 catálogos, 7 inventários sumários	Arquivo Virtual	E-mail, Telefone, Website, atendimento presencial e redes sociais

Fonte: elaborado pela autora.

3.7 Valença

O município de Valença está localizado na região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, possui uma área de 1300,767 km² e uma população estimada de 77.202 pessoas (IBGE, 2023).

O território da atual cidade de Valença era habitado pelas comunidades indígenas denominadas “Coroados”. Em 1789, foi ordenada pelo vice-rei do Brasil a catequese das comunidades e iniciou-se o processo de colonização da região, que se desenvolveu por meio

do cultivo do café. O município é constituído de seis distritos: Valença, Barão de Juparanã, Conseqvatória, Parapeúna, Pentagna e Santa Isabel do Rio Preto (IBGE, 2023).

Segundo o DIBRARQ (2023), o Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença é responsável por planejar e definir as diretrizes para a administração municipal da cidade. Seu acervo é composto por documentos do final do século XIX referentes ao desenvolvimento do município e de suas atividades administrativas, como processos judiciais, escrituras, plantas e boletins oficiais.

O primeiro contato com o arquivo foi realizado por e-mail, mas na ausência de respostas, foi localizado o contato de uma profissional do Arquivo que prontamente auxiliou na visita. Em 18 de julho de 2023, a visita técnica ao Arquivo foi realizada.

O acervo de um quilômetro linear é composto por documentos de caráter intermediário e permanente e conta com dois profissionais. A arquivista é a responsável por elaborar e alimentar uma planilha em Excel, cujos campos são caixa, setor, secretaria, classificação, espécie documental, data limite, localização, série documental, prazo de guarda, destinação final, observações. O Arquivo recebe solicitações de consultas de documentos, que muitas vezes não estão custodiados pelo Arquivo e são encaminhados para outras instituições. A instituição não possui acessibilidade e não realiza estudos de usuários. O quadro 17, a seguir, resume a situação observada:

Quadro 17 – Resultados observados na visita técnica ao Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença

ACERVO	PROFISSIONAIS	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	BASES DE DADOS	CONTATOS
1 km linear	2	Planilha Excel	Nenhuma	E-mail e telefone

Fonte: elaborado pela autora.

3.8 Nova Friburgo

De acordo com o IBGE (2023), a cidade de Nova Friburgo pertence a região centro fluminense, possui uma população de 189.937 pessoas e área da unidade territorial de 935,429 km².

A colonização do território que hoje pertence ao município de Nova Friburgo se iniciou em 1818, por incentivo de D. João VI, com a vinda de famílias suíças para a criação de uma colônia. Em 1820, a cidade recebeu o nome de Vila e em 1890 era elevada à categoria de cidade, com a chegada de imigrantes alemães, italianos, portugueses e sírios. O município é

constituído por sete distritos: Nova Friburgo, Amparo, Campo do Coelho, Conselheiro Paulino, Lumiar, Riograndina e São Pedro da Serra (IBGE, 2023).

Segundo o DIBRARQ (2023), a Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória objetiva promover e incentivar pesquisas e ações no âmbito da história de Nova Friburgo. O acervo do Arquivo Pró-Memória possui 85 metros lineares de documentos textuais, acervo audiovisual, iconográfico, cartográfico e micrográfico. Essa documentação é produto de doações de instituições públicas e particulares, de pessoas físicas ou da transferência de documentos de órgãos da prefeitura, considerados como o Arquivo Histórico da cidade.

A primeira tentativa de contato com a instituição foi feita por e-mail, a segunda pelo site da instituição e na ausência de respostas, o contato foi realizado diretamente pelo telefone pessoal de uma funcionária da instituição. A visita às instalações da Fundação foi realizada em 01/08/2023.

Os instrumentos de pesquisa estão disponíveis no site e alguns foram analisados na visita presencial. Os fundos da Câmara Municipal, da Igreja Luterana, a Mapoteca, e fundo Documental Colégio Cêfel não possuem instrumentos de pesquisa, apenas documentos digitalizados disponíveis no site. Somando 25 inventários e cinco catálogos, o quadro 18, a seguir, reúne as informações dos instrumentos de pesquisa disponíveis, seus campos de descrição e observações específicas.

Quadro 18 – Instrumentos de pesquisa disponíveis na Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória

NOME	TIPO DE INSTRUMENTO	OBSERVAÇÕES
Acervo fotográfico	Inventário	Possui 11 campos de descrição. Tratam-se de 23 inventários com o mesmo padrão de descrição. Um dos instrumentos de pesquisa mais consultados do site.
Biblioteca Digital	Catálogo e inventário	Possui 6 campos de descrição. No link do site, o instrumento é intitulado de catálogo, porém no Google Drive é intitulado de inventário.
Biblioteca – Livros e cadernos	Catálogo	Possui 8 campos de descrição.
Biblioteca Especializada	Inventário	Possui 4 campos de descrição.
Coleção de Jornais e Periódicos	Catálogo	Possui 12 campos de descrição. Um dos instrumentos de pesquisa mais consultados do site.
Coleção Leis Provinciais e do Estado	Catálogo	Possui 9 campos de descrição.
Fundo do Centro de Estudos e Conservação da Natureza	Catálogo	Possui 11 campos de descrição.
Fundo da Administração de Nova Friburgo	Catálogo	Possui 14 campos de descrição.

Fonte: elaborado pela autora.

É possível observar que os catálogos têm entre oito e 14 campos de descrição e os inventários possuem quatro ou 11 campos. O quadro 19, a seguir, sistematiza os elementos de um inventário, de acordo com Lopez (2002) e os inventários da Fundação D. João VI. O instrumento de pesquisa da Biblioteca Digital foi avaliado como um inventário.

Quadro 19 – Quadro comparativo entre os elementos de um inventário, de acordo com Lopez (2002), e os inventários da Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória

Elementos dos inventários, segundo Lopez (2002)		Instrumento de pesquisa		
		Acervo Fotográfico	Biblioteca Digital	Biblioteca Especializada ^a
Introdução	Nome do fundo, coleção ou conjunto documental	✓	✓	✓
	Histórico de identificação e trajetória do titular	✗	✗	✗
	Trajectoria do conjunto documental	✗	✗	✗
	Caracterização sumária do perfil do fundo ou coleção	✓	✗	✗
	Tipos documentais mais frequentes	✓	✗	✗
	Documentos complementares	✗	✗	✗
	Condições físicas gerais do acervo	✗	✗	✗
	Estágio atual da organização	✗	✗	✗
	Quantidade aproximada de documentos e datas-limite	✗	✗	✗
	Condições de acesso	✗	✗	✗
	Condições de reprodutibilidade	✗	✗	✗
	Instrumentos de pesquisa	✓	✗	✗
	Situação no plano de classificação	✗	✗	✗
Referências constitutivas	Nome da série e explicação da sua caracterização	✓	✓	✓
	Datas-limite	✓	✓	✗
	Quantidade de documentos	✓	✗	✗
	Notação ou localização	✓	✗	✗
	Forma de ordenação dos documentos	✓	✓	✗
Existem outros campos além dos previstos por Lopez?		✓	✓	✓
Existem campos previstos pela NOBRADE (2006)?		✗	✗	✗

Fonte: elaborado pela autora.

É possível observar que todos os inventários há poucas informações sobre a área de introdução. Além disso, em nenhum deles há campos de descrição previstos pela NOBRADE

(2006). O quadro 20, a seguir, sistematiza e compara o que o Lopez (2002) designa ser característico de um catálogo e os catálogos da instituição:

Quadro 20 – Quadro comparativo entre os elementos de um catálogo, de acordo com Lopez (2002), e os catálogos da Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória

Elementos dos catálogos, segundo Lopez (2002)		Instrumento de pesquisa				
		Biblioteca - Livros e cadernos	Fundo da Administração de Nova Friburgo	Coleção Leis Provinciais e do Estado	Fundo do Centro de Estudos e Conservação da Natureza	Coleção de Jornais e Periódicos
Introdução	Explicação sobre a importância do catálogo e da descrição individualizada dos documentos em questão	×	✓	×	✓	✓
	Contextualização das séries escolhidas dentro das atividades do titular do fundo	×	✓	×	×	×
	Indicação dos critérios eleitos para a ordenação dos documentos na classificação e na descrição	×	×	×	×	×
Corpo do catálogo	Tipo documental (caso não esteja determinado na série)	✓	✓	✓	×	✓
	Título do documento	✓	×	✓	×	✓
	Emissor e destinatário	✓	×	×	×	×
	Função imediata do documento (objetivo para o qual foi produzido)	×	×	×	×	×
	Resumo ou descritores do documento	✓	✓	✓	✓	✓
	Datas tópica e cronológica	✓	✓	✓	✓	✓
	Caracteres externos mais relevantes (número de páginas, formato e dimensão)	✓	✓	✓	✓	✓
Notação ou localização do documento	✓	✓	✓	✓	✓	
Existem outros campos além dos previstos por Lopez?		×	✓	×	✓	✓
Existem campos previstos pela NOBRADE (2006)?		×	×	×	×	×

Fonte: elaborado pela autora.

É possível observar que todos os catálogos possuem oito ou mais campos de descrição, a maioria dos elementos de introdução dos catálogos não foi preenchida e todos não apresentam campos de descrição conforme a NOBRADE (2006).

O acervo fotográfico e acervo de jornais e periódicos são os mais consultados no site da instituição. Os instrumentos de pesquisa são elaborados e alimentados por dois funcionários da instituição que não são arquivistas. A maior parte das pesquisas realizadas no site é de pessoas que moram fora do Brasil, tendo como Suíça e EUA no topo do ranking, seguidos pelos países peninsulares. Cerca de 30% das pesquisas realizadas presencialmente são feitas pelo cidadão local de Nova Friburgo.

A instituição conta apenas com uma rampa de acesso para promover a acessibilidade. Não existe um estudo de usuários, porém há um formulário de atendimento individual com perguntas sobre avaliação do atendimento. Entretanto, não há estatísticas sobre as respostas destes formulários. A instituição faz uso de e-mail, telefone, rede social e atendimento presencial para contato. As estratégias de divulgação do acervo envolvem os seminários anuais realizados pela instituição, a participação em eventos acadêmicos sobre arquivos, a rede social e o YouTube.

O Arquivo Pró-Memória se destaca pela quantidade de instrumentos de pesquisa disponíveis para consulta por meio do site, demonstrando uma preocupação com o acesso à informação pelos usuários. Observa-se que, em comparação aos instrumentos analisados em outros Arquivos, estes possuem o maior número de campos de descrição, porém com poucas informações sobre o contexto dos documentos. O quadro 21, a seguir, resume todas as informações coletadas na análise da instituição:

Quadro 21 – Resultados observados na visita técnica a Fundação Dom João VI – Arquivo Pró Memória

ACERVO	PROFISSIONAIS	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	BASE DE DADOS	CONTATOS
85 metros lineares	4	25 inventários e 5 catálogos	0	E-mail, website, telefone, rede social e atendimento presencial

Fonte: elaborado pela autora.

3.9 Diagnóstico comparativo entre as instituições visitadas

O estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios, dez arquivos públicos municipais identificados na presente pesquisa, dentre os quais sete foram visitados. Dando início a análise comparativa entre os instrumentos de pesquisa disponíveis nas instituições analisadas, o quadro 22, a seguir, dispõe quais tipos de instrumentos de pesquisa estão disponíveis em cada uma delas:

Quadro 22 – Quadro comparativo entre os instrumentos de pesquisa analisados em todas as instituições

INSTITUIÇÃO	PLANILHA EXCEL	INVENTÁRIOS	CATÁLOGOS	ÍNDICES	BASE DE DADOS	OUTROS
Arquivo Histórico de Petrópolis	1			1	1 (Sistema da Biblioteca)	Fichas
Arquivo Público Municipal de Maricá	41					
Arquivo da Câmara de Macaé	9				1 (Obsoleta)	
Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes		9		2		1 listagem
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro		11	22	5	1 (AtoM)	
Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença	1					
Fundação D. João VI – Arquivo Pró-Memória		25	5		1	

Fonte: elaborado pela autora.

Foi possível observar que dentre os sete arquivos visitados, apenas três possuem instrumentos de pesquisa cujas nomenclaturas correspondentes com o que a literatura arquivística orienta e apenas uma instituição possui uma base de dados. As demais quatro instituições utilizam planilhas em formato Excel como instrumento de pesquisa e de recuperação da informação em seus acervos.

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes e a Fundação D. João VI – Arquivo Pró Memória possuem apenas instrumentos de pesquisa previstos pela literatura, sendo os inventários o tipo de instrumento mais utilizado nestas instituições, seguidos pelos catálogos. O AGCRJ, por sua vez, é o único a possuir uma base de dados de acordo com as especificações da literatura arquivística.

Bellotto (2006) afirma que os inventários descrevem conjuntos documentais ou partes do fundo, é um instrumento do tipo parcial, trazendo uma descrição sumária e não analítica, sendo esta última própria do catálogo. Devido a isso, os instrumentos observados, em sua maioria, apresentam uma estrutura na qual é possível recuperar sumariamente as informações nestes arquivos, com poucas informações sobre o contexto ou com os campos previstos pela NOBRADE (2006).

Desta forma, questiona-se se estes instrumentos atendem às necessidades dos usuários internos e externos dos arquivos e se estão refletindo os documentos descritos, pois não disponibilizam informações sobre contextualização e apresentam um conteúdo muito resumido, na qual é possível recuperar informações apenas de identificação destes acervos. Em

que medida está ausente na literatura arquivística uma preocupação efetiva em disponibilizar informações detalhadas aos usuários dos arquivos?

Além disso, observa-se um distanciamento entre a literatura arquivística e a realidade encontrada nos arquivos, pois em quatro instituições foi observada a utilização de planilhas em Excel sem padrão de descrição arquivística como instrumentos de recuperação da informação nos arquivos, e esta informação sobre a utilização de planilhas não foi localizada na literatura.

Foi possível observar também sobre como a estrutura das instituições se refletiu na qualidade dos instrumentos disponibilizados para consulta. Os arquivos que possuem apenas instrumentos de pesquisa de acordo com a literatura, também possuem instalações físicas próprias, isto é, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes e a Fundação D. João VI – Arquivo Pró Memória. Estes três arquivos apresentaram uma situação favorável ao desenvolvimento de bons instrumentos de pesquisa, como possuírem instalações próprias e recursos humanos. O Arquivo de Campos está localizado em uma instalação do século XVII, portanto, apresenta problemas estruturais, porém os instrumentos observados estão de acordo com as especificações da literatura arquivística.

É válido destacar que a análise da situação do Arquivo Municipal de Maricá é também positiva, pois a instituição conta com uma instalação física própria e uma equipe técnica grande. Apesar da utilização de planilhas, que neste caso, somam mais de quarenta, o diagnóstico é positivo, pois elas são utilizadas como forma de recuperação da informação em um arquivo que não possui ainda instrumentos de pesquisa pois a sua institucionalização é de 2018, ou seja, é relativamente recente. A presença de uma representante da Secretaria de Administração da prefeitura no momento da visita técnica demonstrou e destacou a importância dada pela Prefeitura ao Arquivo, que possui perspectivas futuras positivas.

O Arquivo Histórico de Petrópolis e o Arquivo da Câmara da Macaé não possuem instalações físicas próprias e possuem equipes técnicas reduzidas. Apesar da relevância destes dois municípios, o primeiro por sua importância histórica para o país e o segundo pelo seu poderio econômico no contexto do Estado do Rio de Janeiro, eles não possuem arquivos públicos municipais devidamente institucionalizados. O de Petrópolis está localizado dentro de um setor da Biblioteca Municipal da cidade. O Arquivo da Câmara de Macaé, localizado dentro da Câmara Municipal, está registrado nas bases de dados importantes como o CODEARQ e o DIBRARQ, porém o arquivo municipal da cidade não está. Portanto, foi possível observar imediatamente que a situação das instituições visitadas, como a falta de recursos humanos e financeiros, se refletiu diretamente na qualidade dos instrumentos de pesquisa observados.

Dentre todas as instituições visitadas, o Arquivo Histórico e Municipal de Valença é o que possui a situação mais alarmante, pois as instalações físicas da instituição estão longe de serem ideais, a equipe técnica é reduzida, situação observada no acondicionamento de alguns documentos é precária e a instituição conta com apenas uma planilha para recuperação da informação.

A partir destas observações, é possível, portanto, destacar a situação da estrutura das instituições visitadas e sobre como esta realidade reflete diretamente na qualidade dos instrumentos de pesquisa disponíveis. A precariedade das instalações, a falta de recursos financeiros e humanos para o tratamento da documentação são fatores que resultam na realidade encontrada nos arquivos, se refletem na quantidade reduzida e na qualidade dos instrumentos de pesquisa disponíveis para consulta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi a realização de um diagnóstico sobre os instrumentos de pesquisa dos arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro. Para o atendimento deste objetivo, foram desenvolvidos quatro objetivos específicos com metodologias correspondentes.

O primeiro objetivo específico, de sistematizar as compreensões teóricas e históricas sobre os arquivos municipais, memória e patrimônio arquivístico, descrição arquivística e instrumentos de pesquisa, foi atendido por meio da pesquisa bibliográfica que teve como palavras chave: arquivos municipais, descrição arquivística, instrumentos de pesquisa, acesso à informação.

Os marcos teóricos desenvolvidos, cujas referências bibliográficas foram adquiridas no decorrer das disciplinas do curso, possibilitaram observar a escassez da história dos arquivos públicos municipais brasileiros, assim como a relevância destas instituições na literatura científica arquivística, além da quantidade reduzida destes arquivos em um país de dimensões tão grandes quanto o Brasil. Desta forma, para se chegar à sistematizações teóricas desta história dos arquivos municipais, foi necessário recorrermos às compreensões sobre a história dos municípios no Brasil e a história dos arquivos. Em seguida, foi importante analisar o conceito de políticas públicas para compreendermos a sua importância no contexto de institucionalização dos arquivos públicos municipais, assim como diferenciá-las das políticas arquivísticas e observarmos a situação encontrada no Brasil atualmente.

Estudar sobre noção de memória e patrimônio também foi fundamental para que pudéssemos entender a importância destas instituições e dos acervos custodiados por elas para a sociedade, tanto em seu sentido como repositórios da memória coletiva, quanto como instrumentos que permitem o pleno exercício da cidadania.

Os instrumentos de pesquisa, objeto desta pesquisa, meios que possibilitam o acesso à informação, foram estudados em duas perspectivas: a perspectiva da literatura da arquivologia tradicional, aqui definida com os autores clássicos estudados, que colocam os instrumentos como produtos da descrição arquivística, assim como os tipos de instrumentos mais comuns e a normatização internacional da descrição, e uma perspectiva mais atual, que coloca a descrição arquivística em um papel desvinculado da simples produção dos instrumentos, mas como uma atividade arquivística que precisa se reinventar, tendo em vista os avanços tecnológicos das últimas décadas. Os instrumentos de pesquisa, antes produzidos apenas em suporte de papel, atualmente tratam-se de instrumentos virtuais, como bancos de dados dispostos online,

catálogos e inventários digitalizados ou digitais produzidos nos formatos de Excell, Word ou PDF, por exemplo, e que trazem aos arquivistas e aos usuários novos desafios.

As sistematizações teóricas permitiram nortear os marcos empíricos da pesquisa. A fim de atender o segundo objetivo específico da pesquisa, de identificar os arquivos públicos municipais do Estado do Rio de Janeiro que armazenam acervos arquivísticos, utilizamos duas etapas: a revisão documental por meio de consultas ao DIBRARQ, CODEARQ, Relatório Técnico sobre o Censo de Arquivos Públicos Instituídos no Brasil (2020), Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro (1997) e ao Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense (2013), e a segunda que envolveu as solicitações via e-SIC para as 91 prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, com exceção da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. As prefeituras que responderam, trouxeram respostas muitas vezes pouco objetivas e por isso os resultados desta análise pelo e-SIC, na maioria dos casos, foi inconclusivo, assim como muitas solicitações foram respondidas fora do prazo de 20 dias. No decorrer das duas etapas do processo de identificação dos arquivos públicos municipais, foi possível concluir que dentre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, em apenas dez há arquivo público municipal. Entretanto, questiona-se a institucionalidade destes locais pois apenas cinco possuem uma estrutura própria de arquivo público municipal, como os das cidades do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Nova Friburgo, Maricá e Valença.

O terceiro objetivo específico deste trabalho de conclusão de curso foi identificar os instrumentos de pesquisa e de acesso aos documentos nessas instituições. Para isso, foi criado um instrumento de coleta de dados a ser utilizado nas visitas para análise in loco destes instrumentos e das estruturas destas instituições. O contato rápido com as instituições por meio de e-mail só possível em dois dos dez arquivos selecionados para visita, Petrópolis e Campos dos Goytacazes. Nos demais, devido à ausência de respostas por e-mail, o contato só foi possível por meio do Whastapp pessoal dos profissionais que trabalham nestas instituições. Os arquivos de Resende e Magé não foram visitados devido à impossibilidade de contato e ausência de endereço para visita, respectivamente. O arquivo de Piraí foi visitado no dia e horário de atendimento da instituição, conforme informação disponibilizada por meio do e-SIC, porém a mesma encontrava-se fechada.

O quarto e último objetivo específico envolveu fazer uma análise comparada dos instrumentos de pesquisas com a finalidade de verificar suas características e formular sugestões de aperfeiçoamentos.

Foram identificados dez arquivos públicos municipais no Estado do Rio de Janeiro. Dentre os sete arquivos visitados, os arquivos de Campos dos Goytacazes, do Rio de Janeiro e

de Nova Friburgo utilizam apenas instrumentos de pesquisa previstos pela literatura arquivística, sendo os inventários os mais utilizados, seguidos pelos catálogos. Porém, os demais quatro arquivos utilizam planilhas em formato Excel como instrumentos de pesquisa. Desta forma, observa-se que os instrumentos de pesquisa encontrados são diferentes dos dispostos na literatura arquivística.

A literatura arquivística nos orienta quanto à utilização dos guias, catálogos, inventários e índices, bem como das bases de dados, todos com padrão de descrição arquivística baseados nas normas internacionais, de maneira a descrever o arquivo, objetivando seu resumo, identificação e localização em diferentes níveis, servindo tanto aos usuários internos, ou seja, aos funcionários dos arquivos e aos arquivistas, como também para os usuários externos ao arquivo. Entretanto, a utilização de planilhas Excel sem padrão de descrição arquivística foi um dado observado na análise empírica.

O diagnóstico da situação dos instrumentos de pesquisa deve considerar duas questões importantes e que requerem reflexões que tomam rumos distintos: Como diagnosticar os instrumentos de pesquisa sem levar em conta as estruturas e a precariedade destas instituições? Os instrumentos de pesquisa são elaborados e pensados para os usuários externos dos arquivos, incluindo fundamentalmente as pessoas com deficiência, não apenas para os profissionais que trabalham nestas instituições? Em que medida as determinações da literatura tradicional arquivística e as normas de descrição arquivística de fato atendem as necessidades dos usuários que consultam os arquivos?

A institucionalidade frágil destes Arquivos se reflete diretamente na precariedade dos instrumentos de pesquisa observados, bem como nas estratégias de acesso a estas instituições, que contam pouca estrutura nas instalações físicas, pouca equipe técnica responsável para tratamento da documentação e conseqüentemente, em poucos instrumentos de pesquisa ou na ausência total deles, salvo pelas tentativas dos profissionais de utilização de planilhas em formato Excel.

A escolha destas instituições pela utilização dos instrumentos de pesquisa mais sumários e parciais, como os inventários, talvez seja justificada pela grande massa documental acumulada e a equipe técnica reduzida. Portanto, a carência de recursos humanos e físicos inviabiliza a produção de instrumentos de pesquisa com qualidade, não permitindo que o usuário tenha conhecimento do contexto dos documentos descritos.

Além disso, a maioria das instituições não dispõe de estratégias de acessibilidade, contando, no máximo, com rampas de acesso e elevadores. Desta forma, os instrumentos de pesquisa, além de não refletirem o contexto a que se referem por serem sumários, não são

acessíveis a todos os cidadãos, pois as pessoas com deficiência sequer são incluídas neste contexto. Sendo assim, a finalidade principal destes arquivos, de promover acesso às informações e atendimento aos cidadãos, não é totalmente atendida.

A partir desta realidade observada, questiona-se se os instrumentos de pesquisa da literatura arquivística realmente objetivam o atendimento aos usuários externos dos arquivos ou são pensados apenas para o arquivista ou profissional que trabalha no arquivo. Os instrumentos de pesquisa e a descrição arquivística objetivam possibilitar o acesso ao conteúdo dos documentos arquivísticos, mas claramente a estrutura deles previstas pela literatura e os campos de descrição da NOBRADE (2006) são pensados para viabilizar informações apenas aos arquivistas ou aos profissionais que elaboram os instrumentos, pois em muitos casos, sem o auxílio de um profissional, o usuário externo pode não compreender claramente as informações dispostas nestes instrumentos. Além disso, os campos de descrição obrigatórios da referida norma não são suficientes para a compreensão do contexto e conteúdo dos documentos, e os outros campos também não são claros para quem não é profissional de Arquivologia ou de áreas afins. Sem contar a ausência de estratégias descritivas para possibilitar o acesso das pessoas com deficiência a tais instrumentos.

Levando em conta a obrigatoriedade dos arquivos de promoverem acesso aos seus acervos, garantindo direitos aos cidadãos, é fundamental repensar a elaboração de instrumentos de pesquisa para que sejam instrumentos que objetivam o atendimento ao usuário, interno ou externo, com clareza e objetividade, com informações sobre o contexto dos documentos, e com estratégias inclusivas e de acessibilidade⁶. Além disso, é fundamental repensar as estratégias de elaboração e disponibilização de tais instrumentos de maneira online, a fim de atender e ampliar o maior público possível de usuários.

Tendo em vista os problemas observados na elaboração dos instrumentos de pesquisa e na carência de discussões e soluções quanto aos problemas de acesso à informação nos arquivos, o Serviço de Referência Arquivístico (SRA)⁷ se encontra como um possível meio para solucionar os problemas apontados, pois é uma atividade fundamental para possibilitar o acesso aos documentos pelos usuários. Ele é amplamente discutido na Biblioteconomia, porém pouco aprofundando na literatura especializada sobre serviços de referência nos arquivos.

⁶Recentemente Rangel (2023) desenvolveu pesquisa de doutoramento sobre a temática, intitulada "(Re)Pensando a Universalidade do Acesso nos Arquivos Públicos: A Acessibilidade como uma Ferramenta Inclusiva para a Garantia da Cidadania".

⁷ O Serviço de Referência Arquivístico (SRA) é um tema que foi pauta nas pesquisas de Rangel (2023) e Duff (2017).

Em suma, os serviços de referência arquivísticos representam um papel fundamental na promoção de acesso aos arquivos garantindo os direitos fundamentais dos cidadãos, facilitando as consultas dos usuários aos arquivos, sejam elas de maneira presencial ou remota. Por mais que a teoria arquivística já tenha discutido e elaborado os instrumentos de pesquisa e de recuperação da informação a fim de atender as consultas aos acervos, a área carece de estudos aprofundados sobre como e em qual medida estes instrumentos realmente promovem acesso os arquivos, além de carecer de estudos sobre outras estratégias, como a dos serviços de referência. Desenvolvido inicialmente para as bibliotecas e posteriormente desenvolvidos em outros países para os arquivos, esses serviços podem facilitar o trabalho de mediação entre a informação, o arquivista e o usuário, favorecendo o cumprimento efetivo das atividades das instituições arquivísticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. R. M. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: **Seminários Temáticos Arte e Cultura Popular**, 1. ed., 2007. Museu Casa do Pontal, Rio de Janeiro, p. 54-63.

_____. **Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil**. In: TARDY, C. (Org.); DODEBEI, Vera (Org.). Memória e novos patrimônios. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. v. 1, p. 67-93. 2015. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/patrimonializacao-das-diferencas.pdf>. Acesso em 25 out. 2022.

ANDRADE, R.; SILVA, R. R. G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

ARAÚJO, A.; QUAGLINO, M. A. **Sertões do Macacu**: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense. Nova Friburgo, Edição do autor, 2013.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Diretório Brasil de Arquivos**. 2023. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/repository/browse>. Acesso em 07 fev. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – APERJ. **Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1997.

BASQUES, C.; RODRIGUES, G. M. A proteção do patrimônio arquivístico brasileiro: um estudo das ações do ministério público federal. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 3, 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **História da Cidade**: Breve histórico da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Campos dos Goytacazes, 2014. Disponível em: <https://www.camaracampos.rj.gov.br/novo/index.php/about/historia-da-cidade>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CHUVA, M. **Os Arquitetos da Memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940), Ed. UFRJ, 2017, p. 25-89.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>. Acesso em: 07 fev. 2023.

_____. **Criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

_____. **Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/aceso-a-informacao/relatorio-de-atividades/relatorio_censo_arquivos_2020_apendice.pdf/view. Acesso: 07 fev. 2023.

COSTA, C. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-232, 2001.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. De arquivos pessoais a patrimônios documentais: análise dos registros memória do mundo do Brasil - Unesco. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XVI, 2015, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183138>. Acesso em: 26 out. 2022.

DUFF, W. M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em 07 fev. 2023.

GOMES, D. **A gestão de documentos, os arquivos e o acesso à informação nos municípios fluminenses de médio porte**: diagnóstico e perspectivas para uma política municipal de arquivos. Niterói: EdUFF, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Portal Cidades IBGE: Brasil/Rio de Janeiro/Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. **Portal Cidades IBGE: Brasil/Rio de Janeiro/Macaé**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macaee/panorama>. Acesso em: 16 jul. 2023.

_____. **Portal Cidades IBGE: Brasil/Rio de Janeiro/Maricá**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2023.

_____. **Portal Cidades IBGE: Brasil/Rio de Janeiro/Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-friburgo/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2023.

_____. **Portal Cidades IBGE: Brasil/Rio de Janeiro/Petrópolis**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/petropolis/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2023.

_____. **Portal Cidades IBGE: Brasil/Rio de Janeiro/Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Acesso em: 15 jul. 2023.

_____. **Portal Cidades IBGE: Brasil/Rio de Janeiro/Valença**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/valenca/panorama>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Records in Contexts: a conceptual model for archival description**. Consultation Draft v.02, July 2021. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-02_july2021_0.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**. Niterói, vol. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

_____. Governança Arquivística: um território a ser explorado. **Revista do Arquivo**. São Paulo, Ano II, Nº 7, p. 12-14, outubro de 2018.

_____. Instituições arquivísticas: estrutura e organização. A situação dos arquivos estaduais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 39-42, 1986.

_____. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. In: MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. dos (Org.) **História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51586>. Acesso em: 06 abr. 2022.

LEÃO, F. C. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MACHADO, H. C. Política municipal de arquivos: considerações sobre um modelo sistêmico para a cidade do Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 43-54, jul./dez. 1987.

MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 1990.

MORAES, H. A. R.; ZAFALON, Z. R.; BARROSO, T. B. Descrição arquivística, records in contexts (ric) e access to memory (atom): análise exploratória da literatura científica *. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 17, n. 2019, n. 1, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110300>. Acesso em: 26 out. 2022.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: Projeto História 10. PUC-SP, v. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, A. Política para os Arquivos Municipais no Brasil e a Contribuição do Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], n. 7, p. 137-139, 2011. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/335>. Acesso em: 23 fev. 2022.

OLIVEIRA, D. A. Os arquivos públicos e privados: estratégias para a institucionalização de arquivos municipais. In: **MESA-REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS**. Anais...Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 22p, (Caderno de textos).

OLIVEIRA, L. M. V. de. **O arquivo mais próximo de todos**. In: RODRIGUES, A. C.; GOMES, D.; OLIVEIRA, L. M. V. de; MELLO, M. T. B. de (Org.). Arquivos Fluminenses no Contexto Ibero-Americano. 1 ed. Rio de Janeiro: Eleetele, 2019, p. 15-19.

ORRICO, E. G. D.; SILVA, Eliezer Pires da. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. **Em Questão**, v. 25, p. 256-277, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/85152>. Acesso em: 05 mar. 2021.

POSNER, E. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959, 22p.

RANGEL, T. R. **(Re) Pensando a Universalidade do Acesso nos Arquivos Públicos: A Acessibilidade como uma Ferramenta Inclusiva para a Garantia da Cidadania**. 2023. Tese (doutorado) – Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

RIBEIRO, C. da S. **A descrição arquivística no Brasil: Uma análise do Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas**. 2015. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, A. C. **Gestão de documentos, arquivos e acesso a informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios do Grande Rio**. In: RODRIGUES, A. C.; GOMES, D.; OLIVEIRA, L. M. V. de; MELLO, M. T. B. de (Org.). Arquivos Fluminenses no Contexto Ibero-Americano. 1 ed. Rio de Janeiro: Eleetele, 2019, p. 109-125.

_____. Manual de tipologia documental: um instrumento de gestão para os arquivos municipais brasileiros. **Registro (Indaiatuba)**, v. VII, p. 16-39, dez. 2008.

TAVARES, I. E. T. N. O município brasileiro: sua evolução histórico-constitucional. **R. Dir. Adm.**, Rio de Janeiro, 209: 169-187, jul./set. 1997.

VENÂNCIO, R. P.; ARREGUY, C. A. C.. Políticas Públicas e Legislação Arquivística no Brasil. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.5-33, jul./dez. 2017.

YEO, G. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, T. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 135-169.

APÊNDICE A – Solicitações via e-SIC às prefeituras

Prefeitura	Nº de protocolo/nº de solicitação	Data de solicitação	Data de resposta
Angra dos Reis	01130.2022.000276-07	05/06/2022	06/06/2022
Resposta	Prezado cidadão, no momento, o município de Angra dos Reis, não possui legislação específica referente a arquivo público. At.te, Assessoria de Ouvidoria Externa.		
Aperibé	202211	05/06/2022	15/06/2022
Resposta	Sr. ^a Cintia da Silva Ribeiro, em atenção a vossa solicitação 202211 através do e-Sic informo que providências relacionadas a preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico do vosso Município já esta sendo tratado em Projeto de Lei já encaminhado a Câmara Municipal, onde é estabelecido a consulta eletronicamente quanto a guarda física dos documentos Públicos também já esta sendo tratado no referido Projeto de Lei e que podem hoje serem consultado através de petição própria. Cordialmente a disposição para outras informações que julgar necessária, apresento votos de consideração.		
Areal	03128.2022.000009-96	05/06/2022	23/06/2022
Resposta	Prezada Cintia, o Município de Areal possui uma unidade de Prestação e Acesso ao Patrimônio documental Arquivístico, localizado na rua Avenida Amaral Peixoto, 165, Centro, Areal, loja 1. O Setor de Arquivo Geral, como é nomeado a unidade responsável pelo patrimônio arquivístico é de competência da Secretaria de Administração e tem como um de seus Servidores o Sr. Carlos Augusto da Silva Barreto, Arquivista, formado em Arquivologia.		
Barra Mansa	00672.2022.000207-95	09/06/2022	19/07/2022
Resposta	Boa tarde, informo que existe de fato o setor do Arquivo Geral dentro da Prefeitura Municipal de Barra Mansa. Para mais, a Ouvidoria permanece à disposição.		
Cachoeiras de Macacu	20.220.089.000.206	04/09/2022	19/09/2022
Resposta	Boa tarde. Prefeitura Cachoeiras de Macacu tem setor de Arquivo, Almoxarido e Patrimônio com endereço Rua Getúlio Vargas nº 153 Centro Cachoeiras de Macacu. Para acesso a documentação entre em contato com setor protocolo para requerimento na Rua Oswaldo Aranha numero 06. Para consulta de processos entre - https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114265/main.faces;jsessionid=7842E077626F016F9B16838112E71707.p1node2 Agradecemos o seu contato.		

Campos dos Goytacazes	5.277.361.568	04/09/2022	08/09/2022
Resposta	<p>Prezado CINTIA RIBEIRO, Diante da solicitação 5277361568, encaminhamos a seguinte resposta à informação solicitada: Favor entrar em contato com o seguinte órgão: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima Gabinete: Rua Marechal Floriano, N.º 211 Bairro: Centro Telefone Geral: (22) 98179-4545 E-mail: presidencia.fcjol@campos.rj.gov.br Horário de atendimento: 9h às 17</p> <p>Satisfeitos em fornecer a informação solicitada no prazo legal determinado pela Lei de Acesso à Informação, pedimos com que preencha o questionário a seguir, informando o nível de satisfação percebido pelo acompanhamento prestado pela equipe do e-SIC, bem como pela qualidade da informação oferecida. Aproveite para nos deixar o seu comentário. Estas informações são de extrema importância para que possamos avaliar a eficiência do Serviço de Informação ao Cidadão.</p> <p>Acesse o questionário aqui.</p> <p>Caso a resposta recebida não atenda plenamente sua solicitação, ocorra negativa de acesso à informação ou não fornecimento das razões da negativa do acesso, o e-SIC oferece a possibilidade de abertura de recurso através do e-mail gabinete.controle@campos.rj.gov.br, de acordo com o Art. 21 do Decreto nº 66/2017.</p> <p>A gestão da Prefeitura de Campos do Goytacazes agradece a sua compreensão e espera que possamos construir, juntos, um novo momento para a nossa Cidade.</p> <p>Contamos com a sua participação ativa! Respeitosamente, Secretaria Municipal da Transparência e Controle</p>		
Cantagalo	483.433	04/09/2022	14/09/2022
Resposta	<p>Prezado CINTIA DA SILVA RIBEIRO, Olá, Boa tarde! Sim, o município de Cantagalo dispõe um setor de arquivo municipal dos documentos oficiais do município. att, Prefeitura de Cantagalo RJ</p>		
Carapebus	512.022	04/09/2022	20/09/2022
Resposta	<p>Bom dia Cintia. Poderia me informa se o seu pedido seria sobre documentos culturais ou administrativos. Bom dia. Devido à falta de informação estaremos encerrando o pedido.</p>		
Carmo	02762.2022.000076-08	04/09/2022	04/10/2022
Resposta	<p>Existi sim esse setor no nosso Município, o Arquivo Geral.</p>		

Casimiro de Abreu	20.220.405.000.285	04/09/2022	27/09/2022
Resposta	<p>Prezada Cíntia, o arquivo público municipal é a instituição responsável pela gestão, preservação e acesso aos documentos produzidos, recebidos e acumulados pelo poder público municipal. Inteiramos que a Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu disponibiliza dentro da sua estrutura administrativa a Divisão de Protocolo e Arquivo. No arquivo Municipal da prefeitura são guardados os processos administrativos, leis, decretos, ofícios, das diversas secretarias, bem como informações sobre saúde, educação, meio ambiente, sobre suas raízes históricas, festas e costumes regionais. Ressalvamos que o arquivo Municipal está localizado no Condomínio Industrial em Casimiro de Abreu. Salientamos que a Ouvidoria segue ativa com os canais de atendimento para contribuir com o acesso à informação dos usuários dos serviços públicos. 0800 021 5501 Whatssap 22 2774-5116 telefone ouvidoria@casimirodeabreu.rj.gov.br Atenciosamente, Ouvidoria Municipal de Casimiro de Abreu.</p>		
Engenheiro Paulo de Frontin	20.223.060.000.120	04/09/2022	22/09/2022
Resposta	<p>Prezada Cintia Ribeiro, boa tarde. O Serviço de Informação ao Cidadão, contatou a Secretaria Municipal de Governo e nos foi informado que o município não possui uma unidade, órgão, setor ou instituição municipal responsável pela preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico. Atenciosamente, e-SIC.</p>		
Mesquita	033 / 2022	10/09/2022	22/09/2022
Resposta	<p>Em resposta ao seu pedido, enviamos a sua resposta em anexo. Vale lembrar que esta controladoria tem a responsabilidade somente pelo upload das informações, ficando as respostas a cargo das secretarias questionadas. Vale ressaltar também que seu pedido pode caber recurso, observado o art. 20 do Decreto nº 1.200/2012. Atenciosamente, e-SIC Mesquita.</p>		
Observações:	<p>O PDF anexado ao pedido encontra-se com problemas, portanto não foi possível visualizar a resposta completa.</p>		
Niterói	00000.000489/2022-33	10/09/2022	12/12/2022
Resposta	<p>Prezado solicitante, A Secretaria de Governo-SEMUG anexou o que foi solicitado É possível cadastrar recurso no sistema em até 10 (dez) dias. O prazo para resposta do recurso é de 5 dias, conforme o art. 21 da Lei Municipal nº 3.084/2014. Atenciosamente, Prefeitura Municipal de Niterói</p>		

Observações:	Foi anexado ao pedido o Decreto Nº 6274/91 de 24/12/1991 que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Governo da Prefeitura, que não menciona a existência de Arquivo Municipal na cidade de Niterói.		
Nova Friburgo	01319.2022.000171-31	10/09/2022	26/09/2022
Resposta	<p>Prezado(a), o setor responsável pela preservação do patrimônio histórico do município é a Fundação Dom João VI, que pode ser acessado através do site https://www.djoaovi.com/.</p> <p>Cordialmente, Ouvidoria Geral do município de Nova Friburgo Devido a falta de informação estaremos encerrando o pedido.</p>		
Petrópolis	155 / 2022	10/09/2022	26/09/2022
Resposta	<p>Resposta anexada ao pedido. Transcrição do Ofício Nº 256/2022/DESUP de 23/09/2022:</p> <p>“Prezada Senhora, Em atendimento à sua solicitação junto à Lei de Acesso à Informação, protocolada sob o nº 155/2022, segue resposta, através do Ofício nº 256/2022, do Departamento de Suprimentos, Serviços Gerais e Patrimônio desta Secretaria. Atenciosamente, Ramon Pedro de Mello. Senhor Secretário, A Prefeitura Municipal da Petrópolis dispõe do setor de Arquivo Geral localizado na Avenida Barão do Rio Branco, 2846 – Centro – 25680-276 – Petrópolis – RJ. Informo que não existe regulamento sobre o armazenamento e preservação de documentos, sendo aplicado apenas o arquivamento por ordem cronológica. Quanto à guarda de temporalidade, é obedecido a tabela constante no artigo 3º do decreto Nº 806 de 15 de março de 2012.”</p>		
Piraí	000042.2022-76	10/09/2022	12/09/2022
Resposta	<p>Prezada Senhora! Segue resposta do setor responsável. "Piraí conta hoje com o Arquivo Municipal que está dividido em Corrente/Intermediário e Histórico. O Arquivo Histórico está dividido em 49 Fundos Documentais Temáticos". Segue o contato do setor responsável 24 24319981 Ramal 9920.</p>		
Quissamã	20220910-0026	10/09/2022	20/09/2022

Resposta	Segue as informações para encaminhamento a requerente. No âmbito da Prefeitura de Quissamã, dentro da estrutura interna da Secretaria de Administração temos a Diretoria Administrativa de Arquivo Geral, responsável em coordenar a execução de tarefas de recebimento, classificação, guarda e conservação dos processos, papéis, livros e documentos de interesse da Administração. Nesse sentido, é atendido as disposições da Lei 8.159/1991. Cabe ressaltar, que acervo histórico de natureza patrimonial são gerenciadas pelas secretarias específicas do material. Exemplifica-se como material jornalístico, fotográfico, dentre outros que são armazenados pela Secretaria de Comunicação e/ou Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer. Por fim resta informar que todo cidadão pode requerer acesso aos arquivos, bastando requerer sua solicitação específica junto ao Protocolo Geral da Prefeitura, o qual tramitará via processo administrativo a solicitação para a pasta competente, de acordo com a natureza do documento. Em 20 de setembro de 2022 DORALICE FIGUEIREDO SERVIDOR.		
Rio Bonito	202.200.436.010.400.000.000	10/09/2022	19/09/2022
Resposta	Boa tarde, Recebemos sua solicitação em nosso sistema e-SIC antigo, no entanto a Prefeitura esta passando pela troca de empresa responsável pelo nosso Sistema informatizado de Gestão, desta forma ficamos sem acesso ao antigo Sistema, o que impossibilitou que enviássemos resposta a sua solicitação. Atualmente aderimos ao Sistema Fala.BR como ferramenta online de Ouvidoria e Acesso à Informação, desta forma, estamos reabrindo e respondendo sua solicitação pelo nosso Fala.BR./// Boa tarde, Sua solicitação foi analisada por esta Ouvidoria e encaminhada à Secretaria Municipal de fazenda e Finanças, que informou: "Para informações quanto ao procedimento cabível, o contribuinte deve comparecer ao Setor de Cadastro Imobiliário à Rua Monsenhor Antônio de Souza Gens, nº 23, Centro- na antiga sede da Prefeitura Municipal.		
São Gonçalo	03097.2022.000102-97	10/09/2022	13/09/2022
Resposta	Prezado, Em resposta à solicitação, vimos através deste, informar que, de acordo com a respeitável Secretaria Municipal de Administração, informamos que a Prefeitura possui em sua estrutura administrativa, o Departamento de Arquivo Geral, vinculado à Secretaria de Administração, onde são arquivados documentos públicos produzidos e/ou recebidos pela administração pública municipal. Atenciosamente.		
São João da Barra	00950.2022.000110-00	10/09/2022	03/10/2022

Resposta	<p>Prezada Cintia da Silva Ribeiro</p> <p>Em análise a sua demanda, encaminhamos ao setor responsável onde o mesmo solicita que seja informado maior detalhamento de sua solicitação por entender que não ficou claro o objeto ou solicitação.</p> <p>Desde já, ficam à disposição para posterior informação, dar devido tratamento.</p> <p>Certo do entendimento, ficamos à disposição.</p>		
São José de Ubá	542.022	10/09/2022	14/09/2022
Resposta	<p>Prezada Cintia,</p> <p>O Município de São José de Ubá conta com aparato de digitalização de todas as documentações referente ao Município. Estamos regulamentando a LGPD para que posteriormente colocaremos os documentos 100% on line.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>José Francisco da Cruz Kiffer</p> <p>Secretário Municipal de Controle Interno</p>		
São Pedro da Aldeia	56 / 2022	10/09/2022	11/10/2022 e 22/12/2022
Resposta	<p>Dia 11/10/2022:</p> <p>Vimos por meio deste, informar a necessidade de PRORROGAÇÃO DE PRAZO de 10 dias, nos termos do artigo 13º § 3º da Lei 2.708 de Maio de 2017, haja vista estarmos diligenciando junto as Secretarias desta Municipalidade para realizarmos a devida análise do referido pedido. A nova data de vencimento para o processo 243/2022 é 21/10/2022. Sem mais para o momento, prestamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração.</p> <p>Dia 22/12/2022:</p> <p>Cuida-se de pedido formulado por CINTIA DA SILVA RIBEIRO, solicitando:</p> <p>Tendo em vista as determinações da Lei 8.159, de 08/01/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, gostaria de saber se o município de São Pedro da Aldeia possui uma unidade, órgão, setor ou instituição municipal responsável pela preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico do referido município.</p> <p>Conforme solicitação segue em anexo resposta da Secretaria Municipal de Administração.</p> <p>Salientamos que a presente decisão poderá ser recorrida, e os eventuais recursos referente ao art. 15 da Lei de Acesso à Informação 2.708 de 2017 que objetivam a revisão de indeferimento ou recusa de acesso ao pedido devem ser distribuídos no e-sic, por e-mail (esic@pmspa.rj.gov.br) ou na sede da Controladoria Geral do Município, das 08:30 horas às 17 horas, de Segunda à Sexta feira, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento dessa decisão. No que diz respeito ao processo em si, o recurso deve ser direcionado a Secretaria responsável por meio do Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia.</p> <p>Havendo problemas para acessar o arquivo anexo, sinalize, que faremos o envio do mesmo por e-mail.</p>		

	Núcleo de Acesso à Informação		
Observações	Houve problema para acessar o arquivo anexado ao pedido, que só foi enviado por email na data de 22/12/2022, apesar de constar no e-SIC que o mesmo foi respondido em 21/10/2022. Portanto, não foi possível solicitar a Prefeitura o envio do anexo pois o prazo para esta solicitação já havia expirado.		
Sumidouro	02213.2022.000048-70	10/09/2022	10/10/2022
Resposta	Cumprimentando-o/a, sirvo-me do presente para informar que, de acordo com a Secretaria Municipal de Administração, o município tem o Setor de Arquivo Geral que é responsável pela preservação e acesso aos documentos arquivados. Sem mais para o momento, reitero votos de estima e consideração.		
Três Rios	02662.2022.000118-20	10/09/2022	17/01/2023
Resposta	<p>Resposta anexada ao pedido. Transcrição:</p> <p>“Secretaria de Administração e RH – Departamento de Arquivo À Secretaria de Governo 16/01/2023;</p> <p>1. Tendo em vista ao questionamento suscitado nas folhas 03 e 04, passo a responder:</p> <p>2.1 - A Prefeitura Municipal de Três Rios, tem uma legislação específica que institui o Arquivo Público Municipal, lei 3.905/2013;</p> <p>2.2 - Há uma divisão de documentação que está subordinada à Secretaria de Administração, porém, não é prevista na lei acima descrita. Essa divisão recebe apenas os processos administrativos das diversas Secretarias da Prefeitura de Três Rios;</p> <p>2.3 - A Prefeitura Municipal de Três Rios, não tem Tabela de Temporalidade e de Classificação de documentos, tornando-se impossível estabelecer a previsão do art. 8º da lei 8.159/1991;</p> <p>2.4 - A Administração Pública direta, mantém contrato com uma empresa terceirizada que é responsável pela guarda e custódia somente dos processos administrativos das diversas secretarias;</p> <p>2.5 - Como não temos instituída as Tabelas descritas no item 2.3, não podemos dizer que temos um patrimônio documental histórico arquivístico (permanente); neste sentido, não há acesso à informação. O que há vigente, que podemos dizer que seja um patrimônio documental arquivístico seriam apenas os processos administrativos que, quando solicitados pelas secretarias ou por contribuintes, damos acesso às informações tão somente;</p> <p>2.6 - Na divisão de Documentação não há servidores DAS, apenas dois Servidores Públicos;</p> <p>2.7 - No que concerne a envolvimento de empresa, há tão somente a empresa de guarda e custódia dos documentos administrativos que lhe são encaminhados.</p> <p>3. - Para providencias. Telson José MYrrha Roig.”</p>		
Varre-Sai	09/2022	10/09/2022	19/09/2022

Resposta	Bom Dia, sim temos um arquivo geral onde todos os documentos são arquivados, inclusive jornais de publicações de todos os feitos da administração, e arquivos históricos também este na secretaria de Cultura. Arquivo desde a criação do município.		
Vassouras	016 / 2022	10/09/2022	04/10/2022
Resposta	<p>Boa tarde, Cintia</p> <p>Em resposta a sua solicitação de informação, informo que existe a Secretaria Municipal de Urbanismo e Patrimônio Histórico, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Vassouras-RJ, situada na Av. Otávio Gomes, 395, Centro, Vassouras-RJ. Tel: (24) 2491-9000.</p> <p>Tendo como responsável o Secretário Geovani Nunes Dornelas, com funcionamento de 8h às 17h.</p> <p>Por favor responder se sua solicitação foi atendida e se o Chamado poderá ser encerrado.</p> <p>Caso não haja resposta em até 03 dias úteis iremos considerar o chamado como encerrado.</p> <p>Agradecemos sua solicitação. Atenciosamente.</p> <p>S.I.C</p>		
Volta Redonda	94 / 2022	10/09/2022	30/09/2022
Resposta	<p>Resposta anexada ao pedido. Transcrição:</p> <p>“ Volta Redonda, 05 de outubro de 2022</p> <p>Prezado em consulta a SMA/VR – Secretaria Municipal de Administração, em atendimento ao pedido de informação sob protocolo de nº 94/2022 em cumprimento a Lei Federal nº 12.527/11, bem como a Lei Municipal nº 4969/13 que regulam o acesso à informação, segue em anexo.</p> <p>Para maiores esclarecimentos, você também poderá entrar em contato diretamente com a Secretaria Municipal de Administração através do telefone (24) 3345-4444. Informamos ainda que, de acordo com o art. 8º da Lei Municipal 4.969/2013, caso queira interpor recurso administrativo acerca da resposta concedida pelo órgão, você poderá fazê-lo por meio de formulário disponível em http://www.voltaredonda.rj.gov.br/transparencia/mod/sic/ a ser entregue à Secretaria Municipal de Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão (SEPLAG) localizada na Avenida Paulo de Frontin, nº. 457, Aterrado – Volta Redonda/RJ. O prazo para a interposição de recurso em 1ª instância é de 10 (dez) dias a contar do recebimento do indeferimento da resposta.</p> <p>Atenciosamente, Equipe e-SIC.</p> <p>Ao SEPLAG,</p> <p>O município possui uma Sessão de Documentação e Arquivo – SDA, vinculada ao departamento DGA, responsável pela guarda de Processo Administrativo que de acordo com o decreto nº 5649, são de “Arquivos Permanentes” dado a natureza dos assuntos.</p> <p>Volta Redonda, 21 de setembro de 2022.”</p>		

APÊNDICE B – Roteiro para visitação aos arquivos públicos municipais

Visita técnica realizada em: / /2023
Nome do Município:
Nº de habitantes:
Nome do Arquivo:
Dados para contato: Endereço: Telefones: Horários de atendimento: Email:
Qual a quantidade do acervo em metros lineares?
Quais são os instrumentos de pesquisa disponíveis para consulta?
Qual é o instrumento de pesquisa mais utilizado?
Quem elabora e alimenta estes instrumentos? _____
Qual é a qualificação técnica do profissional que elabora os instrumentos? () Nível médio () Nível superior incompleto () Nível superior em Arquivologia () Nível superior em outras áreas () Pós-graduação completa () Pós-graduação incompleta
Quais são os acervos mais consultados?
Qual é o perfil (profissão) dos usuários que consultam os acervos para pesquisa?
O acervo possui acessibilidade? () Não () Sim. Quais tipos? _____

<p>Há um estudo de usuários? () Sim () Não</p> <p>Este material está disponível para acesso público?</p> <p>() Sim () Não. Por que? _____</p>
<p>Há alguma avaliação por parte dos usuários quanto ao atendimento e aos instrumentos de pesquisa?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>Qual é a quantidade de contatos com a instituição? _____</p> <p>() Email () Telefone () Rede Social () Atendimento presencial () LAI</p>
<p>Informações adicionais/Observações:</p>